

MINUTA DO RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA METRÔ-DF

SUMÁRIO

1)Diagnóstico Governança, Risco e Controle Interno.....	3
2)Ações Implementadas em 2020	63
3) Resumo das atividades da Gerência de Planejamento Estratégico	66
4)Resumo das atividades da Gerência de Gestão de Riscos.....	70
5)Resumo dasatividades da Gerência de Compliance e Integridade.....	75
6)Conclusão.....	78

RELATÓRIO GOVERNANÇA CORPORATIVA 2020

O Relatório de Governança Corporativa 2020 trata de espécie de prestação de contas das ações e melhores práticas de governança, gestão estratégica, gestão de risco, compliance e integridade realizadas na Companhia até dezembro de 2020. Em um primeiro momento, o relatório apresentará assim o diagnóstico dessas atividades, a implementação executada e/ou pendente, para que o resultado sobre o monitoramento seja devidamente informado pela Área de Governança e Controle Interno.

Com a reestruturação administrativa do METRÔ-DF, em abril de 2020, e criação da Área de Governança e Controle Interno e suas gerências vinculadas (Gerência de Planejamento Estratégico, Gerência de Risco e Gerência de Compliance e Integridade) a temática governança passou a ter nova abordagem com métodos de controle interno, direcionamento e monitoramento das atividades. Este relatório contará com a conclusão gráfica das ações de 2020 das Gerências e Governança no METRÔ-DF, a qual terá continuidade e complementação no Plano de Ação da Governança de 2021.

Assim, por meio do Programa de Governança do METRÔ-DF e o Plano de Ação Anual de Governança, o relatório evidenciará aos administradores a amplitude do tratamento da governança dentro da Companhia com metas e indicadores definidos, o que ficará mais claro no Relatório de Governança 2021 quando o plano de ação dará a diretriz a ser percorrida pela Área de Governança e Controle Interno no exercício de 2021.

Importante ressaltar que o diagnóstico se baseou em demandas e recomendações de órgãos de controle externo e da Secretaria de Economia do Distrito Federal, bem como em legislação e Decretos Distritais a respeito de governança pública e corporativa aplicada às estatais.

1) Diagnóstico Governança, Risco e Controle Interno

Achado 01:

I - o estatuto social deve definir o número de cargos do Conselho de Administração e da diretoria conforme o interesse da companhia, respeitado o limite mínimo previsto na legislação societária;

O Estatuto Social do METRÔ-DF, Art. 21. Disponível para consulta no site da Companhia:http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf.

“Art.21. O Conselho de Administração, órgão de deliberação coletiva, responsável pela orientação e controle da gestão dos negócios da Companhia, é composto por 7 (sete) membros, dentre eles o Diretor-Presidente da Companhia e um representante dos empregados, eleitos pela Assembleia Geral.”

II - a indicação e a eleição para cargo de administrador ou fiscal pressupõe reputação ilibada, além de formação acadêmica ou experiência profissional compatíveis com a responsabilidade e a complexidade do exercício da função, demonstradas mediante apresentação de currículo;

As referidas condições são avaliadas por meio do Comitê de Elegibilidade do METRÔ-DF. Além disso, o Estatuto Social dispõe que:

“Art.16. A nomeação de conselheiro de administração e de diretor da Companhia deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia.”

Art.35, § 1º: A eleição para cargo de conselheiro fiscal deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia.

Art.38, § 6º: O Comitê Consultivo e de Elegibilidade tem as seguintes competências:

I - verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, conforme Política de Indicação;”

III - a indicação, eleição e posse de administrador e membro do Conselho Fiscal são condicionadas à apresentação de declaração quanto à ausência de enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade da legislação federal;

As referidas condições são avaliadas por meio do Comitê de Elegibilidade do METRÔ-DF. Além disso, o Estatuto Social dispõe que:

“Art.16. A nomeação de conselheiro de administração e de diretor da Companhia deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia.”

"Art. 35, § 1º: A eleição para cargo de conselheiro fiscal deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia."

"Art.38, § 6º: O Comitê Consultivo e de Elegibilidade tem as seguintes competências:

I - verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, conforme Política de Indicação;”

IV - são vedadas a indicação e a eleição de administrador ou conselheiro fiscal que, nos últimos três anos, tenha firmado contrato ou parceria como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza com o ente público controlador ou com a própria empresa estatal, ou tenha sido dirigente estatutário de partido político ou titular de mandato eletivo de qualquer ente da federação, ainda que licenciado do cargo, ou ainda representante de órgão regulador ao qual a empresa estatal esteja sujeita ou que tenha qualquer conflito de interesse pessoal com a Administração Pública distrital, direta ou indireta;

As referidas condições são avaliadas por meio do Comitê de Elegibilidade do METRÔ-DF. Além disso, o Estatuto Social dispõe que:

“Art.16. A nomeação de conselheiro de administração e de diretor da Companhia deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia.”

"Art.35, § 1º: A eleição para cargo de conselheiro fiscal deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia."

"Art.38, § 6º: O Comitê Consultivo e de Elegibilidade tem as seguintes competências:

I - verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, conforme Política de Indicação;”

Além disso, o METRÔ-DF aprovou sua Política de Partes Relacionadas por meio da DECISÃO Nº. 020/2020-CA/METRÔ-DF -313ª REUNIÃO ORDINÁRIA, dia 23/09/2020.

V - o estatuto social poderá ampliar as atribuições do Conselho Fiscal para incluir o apoio contínuo à implementação do programa de integridade; e

Por meio da DECISÃO Nº 022/2020-CA/METRÔ-DF, 317ª REUNIÃO ORDINÁRIA do Conselho de Administração do METRÔ-DF, do dia 18/12/2020, o colegiado aprovou a revisão Programa de *Compliance* e Integridade da Companhia, no qual contém coes que serão de controle e monitoramento da Área de Governança e Controle Interno, inclusive do Comitê de Governança. Unidades administrativas essas que farão a prestação de contas aos órgãos colegiados do METRÔ-DF, no qual se inclui o Conselho Fiscal que poderá manifestar-se sobre a implantação e implementação de atividades de integridade.

VI - as atividades de auditoria interna poderão ser executadas por órgão integrante da estrutura do órgão supervisor a qual está vinculada a empresa estatal, designado pelo respectivo Secretário de Estado, mediante adesão voluntária da empresa estatal disciplinada em instrumento jurídico próprio.

O METRÔ-DF possui Auditoria Interna com vinculação administrava à Presidência da Empresa e vinculação tecnicamente ao Comitê de Auditoria, na forma disposta no Estatuto Social da Companhia, art. 40, I, II, III e § 1º:

“Art.40. A Companhia contará com as seguintes áreas de governança interna, subordinadas à Presidência:

I - Ouvidoria;

II - Auditoria Interna;

III- Conformidade e de Gestão de Riscos.

§ 1º Nos aspectos técnicos, a Auditoria Interna vincula-se diretamente ao Comitê de Auditoria.”

Enquanto o METRÔ-DF não possui Comitê de Auditoria Estatutário, a Auditoria Interna vincula-se tecnicamente ao Conselho de Administração, sem deixar de observar a conformidade em relação à Lei 13.303/2016.

Achado 02:

Ações adotadas na Estatal, inclusive em suas subsidiárias, no sentido que o estatuto contemple as regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, se houver, os mecanismos de proteção dos acionistas minoritários.

O Estatuto Social do METRÔ-DF contempla todas essas regras de forma satisfatória (Estatuto Social publicado no site da Companhia), as quais são evidenciadas em diversos pontos do documento: http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf.

Contudo, até março de 2021, a Área de Governança e Controle Interno, com o auxílio do Comitê de Governança, encaminhará a revisão do Estatuto Social da Companhia, a fim de prever todas as ações e inovações adaptando-se às boas práticas de governança.

Achado 03:

Ações adotadas na Estatal, inclusive em suas subsidiárias, que evidenciem no estatuto a obrigatoriedade da aplicação das disposições da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e das normas da Comissão de Valores Mobiliários, no tocante à escrituração, elaboração de demonstrações financeiras e obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado.

Atendido de forma satisfatória (Estatuto Social publicado no site da Companhia): http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf. A Lei 6.404/76 é citada em diversos trechos do Estatuto Social quanto à obrigatoriedade de sua observância, inclusive em seu art. 1º.

“Art.1º A Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, que usa a sigla METRÔ-DF, é uma empresa pública de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, constituída por assembleia em 22 de fevereiro de 1994, criada pelo Decreto nº 15.308, de 15 de dezembro de 1993, mediante autorização da Lei GDF nº 513, de 28 de julho de 1993; e é regida pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, por legislação complementar que lhe for aplicável e pelo presente Estatuto.”

Achado 04:

Ações adotadas pela Estatal, em observância aos requisitos de transparência, evidências relacionadas à:

I - elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, explicitando os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela companhia e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos;

A Carta Anual atualizada pode ser encontrada no site do METRÔ-DF, por meio do endereço: http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/carta_anual_incluida_no_processo_27.01.20.pdf.

II - adequação do estatuto social à autorização legislativa de sua criação;

O Estatuto Social do METRÔ-DF, art. 1º, que relata sobre a referida adequação. Disponível para consulta no site da Companhia: http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf.

“Art.1º A Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, que usa a sigla METRÔ-DF, é uma empresa pública de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, constituída por assembleia em 22 de fevereiro de 1994, criada pelo Decreto nº 15.308, de 15 de dezembro de 1993, mediante autorização da Lei GDF nº 513, de 28 de julho de 1993; e é regida pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, por legislação complementar que lhe for aplicável e pelo presente Estatuto.”

III - divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração;

As informações podem ser encontradas no site da Companhia: <http://www.metro.df.gov.br/>. Há uma área relativa à governança na página inicial, a qual pode ser facilmente visualizada. Todas as matérias alteradas ou criadas em razão das boas práticas de governança vêm sendo incluídas no site da Companhia, bem como na intranet da Empresa.

IV - elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas;

Por meio da 312ª Reunião Ordinária, de 31/07/2020, o Conselho de Administração aprovou a 'Política de Divulgação de Informações Relevantes da Companhia'. Ato contínuo, tramitará ao Conselho de Administração a aprovação de Regulamento de Sigilo de Informações, observado o preceito do inciso XII do artigo 24 do Estatuto Social.

V - elaboração de política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da Companhia;

A elaboração dessa política será avaliada pela Área de Governança e Controle Interno, contudo, a princípio, a mencionada política não se aplica ao METRÔ-DF por não ser permitida a distribuição de dividendos entre os acionistas.

VI - divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional;

As informações podem ser observadas no Relatório de Atividades da Administração, disponível em: http://www.metro.df.gov.br/?page_id=36141, no qual constam as demonstrações contábeis e financeiras na Companhia.

VII - elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração;

Por meio da 313ª Reunião Ordinária, de 23/09/2020, o Conselho de Administração aprovou a 'Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia'.

VIII - ampla divulgação, ao público em geral, de carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, as informações de que trata o inciso III;

A Carta Anual da Companhia encontra-se publicada no site da Companhia, a qual anualmente passa por processo de alteração e atualização.

IX - divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.

O Relatório de Sustentabilidade, o qual anualmente passa por processo de atualização, encontra-se publicado no site da Companhia: http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Relatorio_de_Sustentabilidade_2019__METRO_DF.pdf

Achado 05:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem que as obrigações e responsabilidades assumidas pela Estatal, em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado em que atuam deverão:

I - estar claramente definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-las, observada a ampla publicidade desses instrumentos;

II - ter seu custo e suas receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

Essas informações constam de forma satisfatória (a demonstração contábil e financeira encontra-se divulgada no site da Companhia) no site da Companhia, assim como àquelas relacionadas às licitações e contratos http://www.metro.df.gov.br/?page_id=41702.

Achado 06:

Ações adotadas para o atendimento ao regime informacional estabelecido pela CVM, se for o caso.

Em razão da natureza jurídica do METRÔ-DF essa ação não se aplica à Companhia.

Achado 07:

Ações desenvolvidas pela Estatal que evidenciem o cumprimento dos requisitos de transparência, com a divulgação na internet, de forma permanente e cumulativa, dos documentos estabelecidos no caput do art. 5º da Lei nº 13.303/2016.

Essas ações vêm sendo atualizadas no site do METRÔ-DF, considerando a atualização ou criação de normativos ou políticas, ao longo do tempo, realiza-se a adaptação no site.

É importante mencionar que as ações de transparência, conforme Lei de Acesso à Informação (4.990/2012), são divulgadas espontaneamente no sítio eletrônico do METRÔ-DF, no qual se encontram todos os contratos firmados pela empresa, as demonstrações contábeis, normas/políticas e documentos pertinentes para controle social por qualquer interessado e pelos Órgãos de Controle quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

Achado 08:

Ações implementadas pela Estatal que evidenciem, na elaboração e divulgação do Código de Conduta e Integridade, disposição sobre:

- I - princípios, valores e missão da Companhia, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;
- II - instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade;
- III - canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e obrigacionais;
- IV - mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias;
- V - sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta e Integridade;
- VI - previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre Código de Conduta e Integridade, a empregados e administradores, e sobre a política de gestão de riscos, a administradores.

O Código de Conduta e o Código de Ética foram aprovados pela Diretoria Colegiada, na 1317ª Reunião Ordinária, de 16/12/2020, e pelo Conselho de Administração, na 317ª Reunião Ordinária, de 18/12/2020, nas decisões nºs 026/2020-CA e 025/2020-CA, respectivamente. Ambos instrumentos atendem as recomendações de órgãos de controle interno e externo, tendo-se optado pela elaboração em separado desses códigos visando colaborar para mudança de cultura e ambiente da Companhia.

Importante ressaltar que esses códigos passarão por constantes mudanças e atualizações, a fim de adotar as melhores práticas de governança e integridade na conduta de todos os colaboradores da Empresa.

Achado 09:

Ações desenvolvidas pela Estatal que indiquem que a área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos está vinculada ao diretor-presidente e liderada por diretor estatutário, inclusive com previsão no estatuto social das atribuições da área, bem como o estabelecimento de mecanismos que assegurem atuação independente.

O Estatuto Social, em seu art. 41, encontra-se prevista tal ação: http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

“Art. 41. A área de Conformidade e de Gestão de Riscos é subordinada à Presidência, respeitada sua autonomia técnica, e será liderada por Diretor estatutário designado pelo Conselho de Administração.

§ 1º Ao final de cada biênio, o Conselho de Administração deverá designar em sua última reunião ordinária o líder da área para o biênio seguinte, com alternância do Diretor estatutário designado, excluído o Diretor-Presidente do rodízio.”

Contudo, após a reestruturação administrativa da Companhia, o Conselho de Administração do METRÔ-DF definiu, por meio da reunião 314, visando manter a conformidade desse dispositivo estatutário o diretor estatutário que tratará de matérias de gestão de risco e *compliance* será o mesmo que comporá o Comitê de Governança do METRÔ-DF, na forma da Política de Governança, Risco e Integridade.

Achado 10:

Ações implementadas pela Estatal que indiquem a criação de comitê estatutário, objetivando verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.

O Estatuto Social, art. 38, § 6º, I, II e III, prevê a criação e competências do comitê de elegibilidade http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

“§ 6º O Comitê Consultivo e de Elegibilidade tem as seguintes competências:

I - verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, conforme Política de Indicação;

II - auxiliar e aconselhar estrategicamente o Conselho de Administração e os Diretores da Companhia

III - propor a adoção e revisões da Política de Indicação da Companhia, contendo os requisitos e impedimentos para a eleição ou nomeação dos conselheiros, diretores e membros de comitês estatutários.”

Cabe destacar que, o METRÔ-DF, por meio 302º Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 27 setembro de 2019, constituiu o Comitê de Elegibilidade, o qual encontra em pleno funcionamento.

Achado 11:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem, se for o caso, que a empresa não poderá:

I - lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações;

II - emitir partes beneficiárias.

O Estatuto Social, art. 7º, prevê o seguinte. Disponível no site do METRÔ-DF: “Art.7º É vedada a emissão de partes beneficiárias, debêntures e de outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ação.” http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

Achado 12:

Ações implementadas pela Estatal que evidenciem que a Sociedade deve:

I - divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores;

A remuneração dos administradores, assim como dos demais empregados, pode ser encontrada no Portal da Transparência do Distrito Federal, endereço: <http://www.transparencia.df.gov.br/#!/servidores/remuneracao>, bem como no site da Companhia.

II - adequar constantemente suas práticas ao Código de Conduta e Integridade e a outras regras de boa prática de governança corporativa, na forma estabelecida na regulamentação desta Lei.

O Estatuto Social, art. 40, § 4º, V, prevê o seguinte:

*§ 4º À área de Conformidade e Gestão de Riscos compete:
V - verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da empresa sobre o tema com o apoio da Diretoria de Administração;”*

http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

Achado 13:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem procedimentos de solução, mediante arbitragem, às divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários.

Resposta:O METRÔ-DF promoverá estudo a respeito da adoção de procedimentos relacionados à arbitragem, contudo, importante ressaltar que, nas Assembleias Gerais da Companhia, todos os acionistas se fazem presente por representantes e possuem direito à livre manifestação e impugnações.

Achado 14:

Ações adotadas no âmbito da Empresa, que evidenciem, os arranjos societários que impliquem a participação do Distrito Federal no capital de empresa privada, diretamente ou por intermédio de empresa estatal, estão acompanhados de mecanismos estatutários e contratuais que assegurem o atendimento do previsto no artigo 1º, § 7º, da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições constitucionais e legais aplicáveis.

Resposta: Encontra-se previsto no Estatuto Social a participação majoritária do GDF no capital social da Companhia, além disso, nos relatórios de administração, ficar evidente o percentual de participação, inclusive das minoritárias (estatais do GDF).

Importante ressaltar também que a Lei de criação do METRÔ-DF prevê a formação de participação societária da Companhia, não tendo o METRÔ-DF participação societária no capital social de outras estatais distritais até o presente momento.

Achado 15:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem, se for o caso, que os representantes do Distrito Federal ou da empresa estatal, nos órgãos da empresa privada investida, possam adotar as providências necessárias à obtenção de informações, cumprimento da função fiscalizadora e participação em deliberações internas, visando à consecução do objeto social, à preservação do investimento acionário e ao atendimento de interesses estratégicos do Estado, compatíveis com a natureza do arranjo societário.

Até o presente momento, não há arranjo societário com a participação do METRÔ-DF em empresas privadas.

Contudo, o Estatuto Social, em seu art. 24, III, prevê o seguinte: “ Compete ao Conselho de Administração:

III - fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os documentos da Companhia, bem como os contratos

celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros assuntos;”

http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

Achado 16:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem, se for o caso, que nos arranjos societários anteriores à edição da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, o cumprimento do disposto no artigo 1º, § 7º, dar-se-á nos limites permitidos pela legislação societária e pelos contratos já celebrados, ou que venham a ser aditados para esse fim.

Assunto abordado em resposta anteriormente esclarecida.

Achado 17:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem, se for o caso, que a empresa estatal caracterizada como companhia fechada pode cumprir os requisitos de transparência previstos no artigo 8º da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, mediante consolidação das informações no relatório da administração que acompanha as demonstrações financeiras anuais.

No Relatório de Administração, conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais, pode ser encontrado no site da Companhia em: http://www.metro.df.gov.br/?page_id=36141.

O METRÔ-DF observa rigorosamente os preceitos do art. 8º da Lei 13.303/2016 com publicação de políticas e ferramentas de transparência.

Achado 18:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem que o diretor responsável pela área de relações com investidores efetua a divulgação de informações sobre a empresa estatal caracterizada como companhia aberta que possa causar impacto na cotação de seus valores mobiliários ou em suas relações com o mercado, consumidores e fornecedores.

Considerando a natureza jurídica do METRÔ-DF, tal ação não se aplica à Companhia, contudo, as informações relevantes são tratadas na forma disposta na Política de Divulgação de Informações Relevantes.

Achado 19:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, aos ocupantes de cargo, função ou emprego público na administração distrital que devem se abster de fazer comunicações ou dar declarações que antecipem informações abrangidas pelo disposto no caput do art. 10 do Decreto distrital nº 37.967/2017, sob pena de responsabilidade pessoal na forma da legislação societária e do mercado de capitais.

O METRÔ-DF detém publicada no site a Política de Porta-Vozes e a Política de Divulgação de Informações Relevantes, nas quais se regulamentam a forma de divulgação de informações da Companhia. Importante ressaltar que, para o ano de 2020, a Área de Governança e Controle Interno, no momento de revisão das políticas, se necessário, bem como promoverá campanhas pertinentes à transparência dentro da Instituição.

Achado 20:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que a constituição de subsidiária depende de prévia autorização legal, que pode estar prevista na lei de criação da empresa pública ou da sociedade de economia mista controladora.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu Art. 24, XVII, prevê o seguinte:

*“Art.24. Compete ao Conselho de Administração:
XVII - autorizar de modo individualizado a criação de subsidiárias, por constituição ou por conversão de sociedade empresarial já existente, e/ou a participação minoritária em outras sociedades empresariais, no País ou no exterior, desde que haja autorização legislativa prévia, ainda que genérica, e desde que esteja em linha com o Plano de Negócios da Companhia;”*

http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

Achado 21:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, caso a autorização legislativa para a constituição de subsidiária seja genérica, que o Conselho de Administração da empresa estatal deve autorizar, de forma individualizada, a constituição de cada subsidiária.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu Art. 24, XVII, prevê o seguinte:

*“Art.24. Compete ao Conselho de Administração:
XVII - autorizar de modo individualizado a criação de subsidiárias, por constituição ou por conversão de sociedade empresarial já existente, e/ou a participação minoritária em outras sociedades empresariais, no País ou no exterior, desde que haja autorização legislativa prévia, ainda que genérica, e desde que esteja em linha com o Plano de Negócios da Companhia;”*

http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

Achado 22:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que a subsidiária deve ter objeto social vinculado ao da empresa estatal controladora.

Por enquanto não se aplica.

Achado 23:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que as subsidiárias poderão cumprir as exigências estabelecidas pelo Decreto Distrital Nº 37.967/2017, por meio de compartilhamento de custos, estruturas, políticas e mecanismos de divulgação com sua controladora.

Por enquanto não se aplica.

Achado 24:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que os administradores e os Conselheiros Fiscais já empossados poderão permanecer no exercício de seus mandatos ou manter os prazos de gestão atuais até o fim dos respectivos prazos, exceto se houver decisão em contrário da assembleia geral ou do Conselho de Administração da empresa estatal.

O Estatuto Social, em seu art. 21 § 2º, 4º e 11º, prevê o seguinte :

“§ 1º O Conselho de Administração deverá ter dois membros independentes, ou ao menos um em caso de voto múltiplo, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e da Política de Indicação da Companhia, sendo que o Diretor-Presidente, o representante dos empregados e seu suplente não poderão ser considerados membros independentes.

§ 4º O mandato dos membros eleitos é de 02 (dois) anos e são unificados, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

§ 11º No caso de vacância do cargo eletivo de até 03 (três) Conselheiros de Administração, os substitutos serão nomeados pelos membros remanescentes, respeitadas as indicações para representante dos empregados, e servirão até a realização da próxima Assembleia Geral, que elegerá os novos Conselheiros para completar o período de mandato vago, na forma prevista no art. 150 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.”

Achado 25:

Ações adotadas para as participações em sociedades empresariais nas quais não detenha o controle acionário, principalmente no dever de fiscalizar, as práticas de governança e os controles proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio, mais precisamente relacionados:

- I - documentos e informações estratégicos do negócio e demais relatórios e informações produzidos por força de acordo de acionistas e de Lei considerados essenciais;
- II -relatório de execução do orçamento e de realização de investimentos programados pela sociedade;
- III - informe sobre execução da política de transações com partes relacionadas;

- IV - análise das condições de alavancagem financeira da sociedade;
- V - avaliação de inversões financeiras e de processos relevantes de alienação de bens móveis e imóveis da sociedade;
- VI - relatório de risco das contratações para execução de obras, fornecimento de bens e prestação de serviços relevantes para os interesses da investidora;
- VII - informe sobre execução de projetos relevantes para os interesses da investidora;
- VIII - relatório de cumprimento, nos negócios da sociedade, de condicionantes socioambientais estabelecidas pelos órgãos ambientais;
- IX - avaliação das necessidades de novos aportes na sociedade e dos possíveis riscos de redução da rentabilidade esperada do negócio;
- X - qualquer outro relatório, documento ou informação produzido pela sociedade empresarial investida considerado relevante.

As participações podem ocorrer na Companhia, contudo, por enquanto, ainda não se viabilizou nenhuma que o METRÔ-DF detenha o controle. Em que pese tal situação, a Área de Governança e Controle Interno trabalha para que a estrutura e boas práticas de governança sejam fortalecidas e devidamente controladas a fim de possíveis inovações e negócios que a Empresa queira constituir ao longo do tempo.

Achado 26:

Ações implementadas pela Estatal que evidenciem as divulgações das atas das reuniões do comitê estatutário, com o fim de verificar o cumprimento, pelos membros indicados, dos requisitos definidos na política de indicação, devendo ser registradas as eventuais manifestações divergentes de conselheiros.

Por meio da 314ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, este órgão colegiado decidiu pela divulgação dos extratos das atas de reuniões dos órgãos colegiados da Companhia, o que se inclui o Comitê de Elegibilidade do METRÔ-DF.

Achado 27:

Ações implementadas no estatuto da Estatal sobre as diretrizes e restrições e, em especial sobre:

I - constituição e funcionamento do Conselho de Administração, observados o número mínimo de 7 (sete) e o número máximo de 11 (onze) membros;

A composição do Conselho de Administração de 07 (sete) membros encontra-se disposta no Estatuto Social do METRÔ-DF: http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf.

II - requisitos específicos para o exercício do cargo de diretor, observado o número mínimo de 3 (três) diretores;

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 16, prevê o seguinte:

“Art.16. A nomeação de conselheiro de administração e de diretor da Companhia deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia.”

http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf.

III - avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês, observados os seguintes quesitos mínimos:

- a) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- b) contribuição para o resultado do exercício;
- c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo;

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 45, § 1º e § 2º, prevê o seguinte:

“Art.45. Os Conselheiros, Diretores e membros dos Comitês Estatutários deverão ser anualmente avaliados por seu desempenho, individual e coletivo, segundo metas e quesitos objetivos previstos no Caderno de Avaliação de Desempenho.

§ 1º Cada conselheiro, diretor e membro de comitê estatutário fará uma autoavaliação, uma avaliação individual de um de seus pares e uma avaliação coletiva de seu órgão colegiado, observando exposição da legalidade e eficácia dos atos que praticou, sua contribuição para o resultado do exercício social

e a consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no Plano Estratégico Institucional do METRO-DF.

§ 2º Os Diretores também serão avaliados pelo Conselho de Administração, conforme competência legal e estatutária, segundo as metas e indicadores a que se comprometeram alcançar.”

A política de avaliação de desempenho dos administradores encontra-se em fase de finalização viando a ocorrência no primeiro semestre de 2021.

IV - constituição e funcionamento do Conselho Fiscal, que exercerá suas atribuições de modo permanente;

O Estatuto Social do METRÔ-DF prevê o funcionamento do Conselho Fiscal de forma permanente no Título V, Capítulo I. http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf.

V - constituição e funcionamento do Comitê de Auditoria Estatutário;

A implementação do Comitê de Auditoria Estatutário encontra-se suspensa devido à manifestação da Secretaria de Economia sobre aumento de despesa no exercício de 2020. Houve encaminhamento e questionamento ao TCDF sobre essa situação, já que, além da previsão legal, era recomendação desse Tribunal.

VI - prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e dos indicados para o cargo de diretor, que será unificado e não superior a 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas;

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 21, § 4º e art. 25, prevê o seguinte:

“Art.21. O Conselho de Administração, órgão de deliberação coletiva, responsável pela orientação e controle da gestão dos negócios da Companhia, é composto por 7 (sete) membros, dentre eles o Diretor-Presidente da Companhia e um representante dos empregados, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 4º O mandato dos membros eleitos é de 02 (dois) anos e são unificados, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

“Art.25. A Diretoria Colegiada, órgão de deliberação coletiva responsável pela administração da Companhia, é composta do Diretor-Presidente e quatro Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.”

http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

VIII - prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal não superior a 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas..

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 35, § 3, prevê o seguinte:

“§ 3º O mandato dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes será de 02 (dois) anos, permitidas até 2 (duas) reconduções consecutivas.”

http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

Achado 28:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem:

I – no Código de Conduta e Integridade, aplicável à alta administração, a vedação à divulgação, sem autorização do órgão competente da Sociedade, de informação que possa causar impacto na cotação dos títulos da empresa pública ou da sociedade de economia mista e em suas relações com o mercado ou com consumidores e fornecedores;

O Código de Conduta e o Código de Ética foram aprovados na 317ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 18/12/2020, pelas decisões nºs 026/2020-CA e 025/2020-CA, respectivamente, e tratam de procedimentos e condutas relacionadas à atuação da Alta Administração, empregados e colaboradores da Companhia.

II – preservação da independência do Conselho de Administração no exercício de suas funções;

As regras contidas no Estatuto Social do METRÔ-DF identificam a preservação da independência do Conselho de Administração no exercício de suas funções.

http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

III – observância da política de indicação na escolha dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, m seu art. 35, § 1º, prevê o seguinte:
http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf

“§ 1º A eleição para cargo de conselheiro fiscal deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia.”

A política de indicação será um instrumento a ser elaborado pelo METRÔ-DF, contudo, a eleição dos administradores passa pelo crivo do Comitê de Elegibilidade da Companhia.

Achado 29:

Ações adotadas pela Estatal que evidencie, face aos atos praticados com abuso de poder pelo acionista controlador e pela Estatal, oportunize a possibilidade de apresentação pela sociedade de proposta de ação de reparação, nos termos do art. 246 da Lei no 6.404, de 15/12/1976, pelo terceiro prejudicado ou pelos demais sócios, independentemente de autorização da assembleia-geral de acionistas.

As regras e procedimentos da Lei 6.404/76 são observados nos trabalhos da Assembleia Geral da Companhia.

Achado 30:

Ações implementadas pela Estatal que evidenciem que os administradores, assim considerados os membros do Conselho de Administração e da diretoria, devem ser submetidos às normas previstas na Lei nº 6.404/1976, sem prejuízo dos dispositivos da Lei nº 13.303/2016.

O Estatuto Social do METRÔ-DF prevê o seguinte:

Art. 1º. “A Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, que usa a sigla METRÔ-DF, é uma empresa pública de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, constituída por assembleia em 22 de fevereiro de 1994, criada pelo Decreto nº 15.308, de 15 de dezembro de 1993, mediante autorização da Lei GDF nº 513, de 28 de julho de 1993; e é regida pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, por legislação complementar que lhe for aplicável e pelo presente Estatuto.”

Art. 16. “A nomeação de conselheiro de administração e de diretor da Companhia deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia.”

Parágrafo 8º do Art. 25. “Os cargos eletivos que compõem a Diretoria Colegiada obedecerão às disposições da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Orgânica do Distrito Federal e deste Estatuto Social”

Achado 31:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem estatutariamente que os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:

I – ter experiência profissional de, no mínimo:

a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou

b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

1. cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa pública ou da sociedade de economia mista, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;

2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;

3. cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da empresa pública ou sociedade de economia mista;

II – ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; e

III – não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18/05/1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135, de 04/06/2010.

O Estatuto Social, em seu art. 21, parágrafo 1º, prevê o seguinte:

“O Conselho de Administração deverá ter dois membros independentes, ou ao menos um em caso de voto múltiplo, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e da Política de Indicação da Companhia, sendo que o Diretor-Presidente, o representante dos empregados e seu suplente não poderão ser considerados membros independentes.”

Parágrafo 8º do art. 25. “Os cargos eletivos que compõem a Diretoria Colegiada obedecerão às disposições da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Orgânica do Distrito Federal e deste Estatuto Social”

O Comitê de Elegibilidade observa regras e procedimentos das melhores práticas na avaliação e qualificação dos administradores e demais membros de colegiados.

Achado 32:

Ações introduzidas no estatuto da Estatal e de suas subsidiárias, que evidenciem disposição de contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores.

O Estatuto Social, em seu art. 19, prevê o seguinte:

“A Companhia manterá, em seu benefício, na forma e extensão definida pelo Conselho de Administração, contrato de seguro permanente por responsabilidades dos integrantes da Diretoria Colegiada e dos Conselhos de Administração e Fiscal, em decorrência de decisões,

atos, omissões ou fatos pelos quais eventualmente possam vir a ser demandados judicial ou administrativamente.”

Achado 33:

Ações introduzidas pela Estatal que evidenciem a vedação de indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria de:

- I - representante do órgão regulador ao qual a empresa pública ou a sociedade de economia mista está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo;
- II - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;
- III - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;
- IV - de pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação;
- V - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade.

O Estatuto Social prevê diretrizes dispostas na Lei 13.303/2016 e 6.404/1976, além disso, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transação com Partes Relacionadas, bem como o Código de Conduta do METRÔ-DF.

Achado 34:

Ações implementadas pela Estatal que evidencie a vedação prevista no inciso I do § 2º do art. 17 da Lei nº 13.303/2016 estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas.

O Estatuto Social prevê diretrizes dispostas na Lei 13.303/2016 e 6.404/1976, além disso, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transação com Partes Relacionadas, bem como o Código de Conduta do METRÔ-DF.

Achado 35:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem que os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei nº 12.846, de 1º/08/2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às atividades da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 17, prevê o seguinte:

“Os Conselheiros de Administração e Diretores deverão participar de treinamentos específicos, na posse e anualmente, ofertados e/ou indicados pela Companhia, com duração não inferior a sessenta e quatro horas.”

Além disso, a Área de Governança e Controle Interno solicitou à Superintendência de Recursos Humanos a inclusão em plano de capacitação dos mencionados treinamentos aos administradores e empregados.

Achado 36:

Ações implementadas pela Estatal que evidenciem que os requisitos previstos no inciso I do caput do art. 17 da Lei nº 13.303/2016 poderão ser dispensados no caso de indicação de empregado da empresa pública ou da sociedade de economia mista para cargo de administrador ou como membro de comitê, desde que atendidos os seguintes quesitos mínimos:

I - o empregado tenha ingressado na empresa pública ou na sociedade de economia mista por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na empresa pública ou na sociedade de economia mista;

III - o empregado tenha ocupado cargo na gestão superior da empresa pública ou da sociedade de economia mista, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos de que trata o caput.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu parágrafo 3º do art. 21, prevê o seguinte:

“O representante dos empregados e seu suplente serão eleitos pela Assembleia Geral em conformidade com a indicação dos empregados, que deverá ser obtida em processo eleitoral conduzido pela Diretoria de Administração, fiscalizado por sindicato e regido por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração.”

GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

Achado 01:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem as implementações de regras de estruturas e de práticas de gestão de riscos e controle interno, que abranjam:

I - ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno;

II - área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos;

III - auditoria interna e Comitê de Auditoria Estatutário.

O METRÔ-DF recentemente alterou sua estrutura orgânica com o fim de atender as exigências da Lei nº13.303/2016, bem como à própria estrutura de governança exigida pela legislação local. Em meados de abril de 2020, novas unidades administrativas na Companhia foram implantadas com o objetivo de alcançar melhorias nas ações de controle interno mitigando riscos que comprometem os objetivos da Companhia.

Dentre estas modificações na estrutura orgânica, criou-se uma área de Governança e Controle Interno, composta pelas seguintes gerências: Gerência de Compliance e Integridade; Gerência de Risco, e Gerência de Planejamento Estratégico. A Auditoria Interna foi composta por duas gerências para ampliar as ações de controle interno: Gerência de Monitoramento de demandas internas e externas; e Gerência de Auditoria e Inspeção.

O Comitê de Auditoria foi criado pelo Conselho de Administração, contudo, encontra-se suspensa por determinação da Secretaria de Economia. As competências e atribuições do 'COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO' foram implantadas na 300ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 16/07/2019. Contudo, sua criação se deu por meio da 1282ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 23/04/2020 e, na 309ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 24/04/2020.

Ainda com a reestruturação administrativa criou-se a Área de Correição, contendo duas gerências: Gerência de Correição Disciplinar e Gerência de Correição Administrativa, além disso, manteve-se as Comissões Disciplinares e de Sindicância.

A Ouvidoria da Companhia passou a contar com duas gerências visando fortalecer a triagem e um dos meios de denúncia mais eficazes dentro da Companhia: Gerência de Transparência e Gerência de Atendimento.

À Comissão de Ética, criou-se sua própria Secretaria a qual se encontra vinculada à Presidência da Empresa.

Por fim, a Área de Governança e Controle Interno, visando constituir meios à execução de ações para implementação cotidiana de práticas de controle interno e gestão de riscos, trabalha com duas frentes:

1. uma desenvolvida pela Gerência de Compliance e Integridade, a qual trabalha a partir de recomendações dos órgãos de fiscalização internos e externos instituindo controles administrativos, bem como realiza a função de mapeamento dos processos de trabalho das áreas da Companhia visando também a instituição dos devidos controles por meio de recomendações e orientações.
2. Outra desenvolvida pela Gerência de Risco, a qual analisa atividades e processos estratégicos e operacionais na Companhia elaborando matriz de risco e consequentes planos de tratamentos.

Não apenas isso, mas instituiu-se na Empresa, vinculado ao Conselho de Administração, o Comitê de Governança com o propósito de direcionar as ações da Área de Governança e Controle Interno, bem como conceder representatividade externa.

Achado 02:

Ações implementadas pela Estatal que indiquem que o estatuto social prevê a possibilidade de que a área de compliance se reporte diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do diretor-presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

A Política de Governança, Risco e Integridade dispõe da constituição de Comitê de Governança vinculado ao Conselho de Administração, que, respeitando-se a segregação de função em relação à Área de Governança e Controle Interno, identificando situações desse tipo relatará ao Comitê de Governança que possui vínculo direto com o Conselho de Administração. A Política de Governança, Risco e Integridade prevê a comunicação direta evitando-se qualquer tipo de conflito.

Achado 03:

Ações implementadas no âmbito da Estatal que evidenciem a criação de área de conformidade e um programa de integridade compatíveis com o porte econômico e a complexidade de suas operações e que atendam, com as adaptações cabíveis, ao disposto no artigo 9º da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016.

Em reunião ordinária do Conselho de Administração do METRO-DF, o Órgão Colegiado aprovou o Programa de Integridade do METRO-DF, o qual, antes de ser divulgado, foi apresentado à Controladoria Geral do Distrito Federal para análise e considerações, oportunidade na qual se propôs consultoria para implementação de metodologia compatível à auditoria que a CGDF realizará (processo SEI 00097-00007063/2020-26).

Aproveitando a revisão do mencionado programa, a Área de Governança e Controle Interno, em conjunto com sua Gerência de *Compliance* e Integridade, propôs a ampliação e adaptação para constituição do Programa de *Compliance* e Integridade do METRÔ-DF, tendo em vista a reestruturação administrativa da Companhia. O Programa de Compliance e Integridade foi aprovado pela Diretoria Colegiada, em sua 143ª Reunião Extraordinária, de 24/11/2020, e pelo Conselho de Administração na 317ª Reunião Ordinária, de 18/12/2020, por meio da Decisão nº 022/2020-CA.

Contudo, cabe ressaltar que, em que pese a ocorrência da mencionada revisão, as ações de integridade estão sendo implementadas e executadas dentro da Companhia, por meio de recomendações e ações das Áreas de Governança e Controle Interno, Correição, Comissão de Ética, entre outras.

I - a área de conformidade tem como função estabelecer políticas de incentivo ao respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas ou antiéticas dos membros da organização empresarial, devendo para isso adotar estruturas e práticas eficientes de controles internos e de gestão de riscos estratégicos, patrimoniais, operacionais, financeiros, sociais, ambientais e reputacionais, dentre outros;

Artigo 41, §4º, do Estatuto Social.

II - a área de conformidade deve estar vinculada ao Diretor Presidente e será liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração, podendo ainda contar com o apoio operacional da auditoria interna e manter interlocução direta com o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, quando existente, e o Conselho de Administração, especialmente quando houver suspeita do envolvimento em irregularidades por parte dos membros da diretoria;

Considerando ata da reunião da 314ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do METRÔ-DF, o colegiado deliberou que o diretor estatutário liderará assunto de *compliance* e risco será aquele que comporá o Comitê de Governança do METRÔ-DF. Isso porque, com a reestruturação administrativa da Companhia, com a criação da Área de Governança e Controle Interno e respectivas Gerências vinculada ao Diretor-Presidente, a realidade da Companhia deverá ser adaptada à redação do estatuto.

Dessa forma, como o Comitê de Governança deliberará sobre assuntos de conformidade e gestão de risco, antes da aprovação dos órgãos colegiados da Companhia, o diretor estatutário que fará parte de sua composição será o responsável por essas matérias, respeitando-se assim o princípio da segregação de função.

Artigo 41, caput, e §3º, do Estatuto Social: “A área de Conformidade e de Gestão de Riscos é subordinada à Presidência, respeitada sua autonomia técnica, e será liderada por Diretor estatutário designado pelo Conselho de Administração.”

III - os trabalhos de auditoria interna devem ser supervisionados pelo Comitê de Auditoria Estatutário da empresa estatal ou, na sua falta, pelo Conselho de Administração;

Na ausência do Comitê de Auditoria Estatutário, a Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração, em que pese vinculada administrativamente ao Diretor-Presidente.

Artigo 40, §1º, do Estatuto Social.

IV - elaboração e divulgação de Código de Conduta e Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração, que deve estar disponível nos sítios eletrônicos da empresa estatal e do órgão supervisor, devendo dispor sobre os padrões de comportamento ético esperados dos administradores, fiscais, empregados, prepostos e terceiros contratados;

O Código de Conduta e o Código de Ética foram aprovados na 317ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 18/12/2020, pelas decisões nºs 026/2020-CA e 025/2020-CA, respectivamente, e tratam de procedimentos e condutas relacionadas à atuação da Alta Administração, empregados e colaboradores da Companhia.

V - avaliação periódica pelo Comitê de Auditoria Estatutário ou, na sua falta, pelo Conselho Fiscal, sobre a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético;

O Conselho Fiscal analisa as práticas empresariais do METRÔ-DF, consoante artigo 5º, do Código de Ética. Contudo, considerando o planejamento da Área de Governança e Controle Interno na compilação de informações técnicas a respeito das atividades de suas gerências, por meio de relatórios gerenciais, entende-se que, a partir de 2021, tanto o Conselho Fiscal como os demais administradores da Companhia possuirão ampla visão sobre a gestão estratégica da Companhia, inclusive quanto à difusão da cultura de integridade e comportamento ético.

VI - manutenção de canal para recebimento de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades que prejudiquem o patrimônio e a reputação da empresa estatal, incluindo as infrações ao Código de Conduta e Integridade.

Encontra-se previsto dentro do Programa de *Compliance* e Integridade da Companhia a criação e fortalecimento de canais de denúncia, contudo, a Ouvidoria, a Área de Correição e a Comissão de Ética da Companhia já possuem seus próprios contatos.

A manutenção e funcionamento estarão previstos no Código de Conduta da Companhia.

Achado 04:

Ações implementadas no âmbito da Estatal que evidenciem que os administradores da empresa estatal divulguem e incentivem o uso do canal de denúncias, que deverá assegurar o anonimato do denunciante por prazo indeterminado, e a confidencialidade do processo de investigação e apuração de responsabilidades até a publicação da decisão administrativa definitiva.

O Código de Ética e do Código de Conduta do METRÔ-DF disciplinam o assunto em tela, além de existir no contexto do Programa de Integridade como ação a implementação e divulgação dos canais de denúncia do METRÔ-DF.

Importante destacar que as áreas de integridade e comissão de ética vêm realizando ações de divulgação e conscientização a respeito dessa temática.

A Área de Governança e Controle Interno demandou a Área de Tecnologia da Informação a criação do canal de comunicação dentro da Companhia intitulado “VOCÊ SABIA”, exatamente para implementar a comunicação interna e preventiva de atividades voltadas à governança, ética, integridade, *compliance*, correição, entre outras.

Achado 05:

Ações implementadas no âmbito da Estatal que evidenciem, sob supervisão do Conselho de Administração, que a empresa estatal tenha instituído mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade e definido orientações em casos concretos.

O Código de Conduta e o Código de Ética foram aprovados na 317ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 18/12/2020, pelas decisões nºs 026/2020-CA e 025/2020-CA, respectivamente, e contém tal previsão. Ademais, todos os órgãos de controle que compõem o sistema de governança do METRÔ-DF são passíveis de consulta dos empregados e colaboradores, o que ocorre por meio da Ouvidoria e/ou e-mails das unidades administrativas.

Achado 06:

Ações implementadas no âmbito da Estatal que evidenciem que o programa de integridade assegura ao empregado que utilizar o canal de denúncias, a estabilidade no emprego durante o processo de investigação e até doze meses após a publicação da decisão administrativa definitiva sobre imputação de responsabilidades, caso a identidade do denunciante se torne

antecipadamente conhecida do denunciado que seja, direta ou indiretamente, o seu superior hierárquico.

Encontra-se previsto dentro do Programa de *Compliance* e Integridade da Companhia ação que assegura a estabilidade do emprego ao denunciante, na forma prevista nos Códigos de Conduta e Ética, recentemente aprovados.

A manutenção e funcionamento desse procedimento encontrar-se-á previstos assim em normativo interno da Companhia.

Achado 07:

Ações implementadas no âmbito da Estatal que evidenciem que o programa de integridade considere como justa causa, para os fins do artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, sem prejuízo de sua responsabilização pessoal nas esferas administrativa, civil e penal:

I - a violação do Código de Conduta e Integridade pela prática de infração considerada grave em razão da magnitude do desfalque patrimonial ou da carga negativa para a reputação da empresa estatal e da Administração Pública;

II - a quebra da confidencialidade do processo de investigação de denúncias recebidas por meio do respectivo canal;

III - a revelação da identidade do denunciante por qualquer meio; e

IV - a apresentação de denúncia que o denunciante saiba ser falsa.

Encontra-se previsto dentro do Programa de *Compliance* e Integridade da Companhia ação que prevê justa causa, bem como nos Códigos de Conduta e Ética recentemente aprovados.

A manutenção e funcionamento desse procedimento encontrar-se-ão previstos assim em normativo interno da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Achado 01:

Ações implementadas pela Estatal que evidenciem a garantia de participação, no Conselho de Administração, de representante dos empregados e dos acionistas minoritários.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 21, prevê o seguinte:

“§1º O Conselho de Administração deverá ter dois membros independentes, ou ao menos um em caso de voto múltiplo, nos termos

da Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, e da Política de Indicação da Companhia, sendo que o Diretor-Presidente, o representante dos empregados e seu suplente não poderão ser considerados membros independentes.

§2º O Conselho de Administração não contará com representante dos minoritários por ser empresa pública controlada, direta e indiretamente, pelo Distrito Federal.”

Todos os membros que compõem o Conselho de Administração passam pelo crivo da Assembleia Geral, órgão que representa os interesses dos acionistas. Além disso, o Conselho de Administração é composto por um representante dos empregados, eleito entre os funcionários do quadro efetivo.

Achado 02:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem, sem prejuízo das competências previstas no art. 142 da Lei nº 6.404/1976 e demais atribuições previstas na Lei nº 13.303/2016, as competências do Conselho de Administração relacionadas a:

I - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;

Na forma do artigo 24, inciso XXII, do Estatuto Social e no Programa de Governança da Companhia, a Área de Governança e Controle Interno, com o apoio de suas gerências e relatórios gerenciais das demais áreas da Companhia, elaborará relatório de governança semestralmente com o monitoramento das ações que serão repassadas à Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração

II - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa pública ou a sociedade de economia mista, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

Na forma do artigo 24, inciso XXIII, do Estatuto Social, a Área de Governança e Controle Interno, com o apoio das Gerências de Compliance e Integridade e de Gestão de Risco, elaborará anualmente Planos de Ação contendo todas as atividades a serem executadas no exercício, sendo monitoradas semestralmente por meio de relatórios de atividade, parte

integrante do relatório de governança, encaminhado à Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração do METRÔ-DF.

III - estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

Na forma do artigo 24, inciso XIX, do Estatuto Social, o METRÔ-DF possui Política de Porta-Voz e Política de Informações Relevantes, as quais se encontram publicadas no sítio eletrônico da Companhia.

IV - avaliar os diretores da empresa pública ou da sociedade de economia mista, nos termos do inciso III do art. 13, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do comitê estatutário referido no art. 10.

Na forma do artigos 24, inciso IV, e 45, caput, e §2º, do Estatuto Social, encontra-se em tramitação, em vias de aprovação a Política de Avaliação de Desempenho dos Administradores que servirá de diretriz para avaliação dos diretores e conselheiros.

Achado 03:

Ações adotadas pela Estatal em que assegura aos acionistas minoritários o direito de eleger 1 (um) conselheiro, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo previsto na Lei nº 6.404/1976.

De acordo com o artigo 21, §2º, do Estatuto Social, o Conselho de Administração do METRÔ-DF não contará com o representante dos acionistas minoritários por ser empresa pública dependente e controlada pelo GDF.

Achado 04:

Ações adotadas pela Estatal em que evidencia a vedação de participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) conselhos, de administração ou fiscal, da Sociedade ou de suas subsidiárias.

Essa vedação encontra-se prevista na Lei Complementar 840/2011, a qual, apesar de seus efeitos se limitarem a agentes públicos da Administração Direta e Autárquica do GDF, o

METRÔ-DF a observa por força de previsão contida em Acordo Coletivo de Trabalho até que o normativo disciplinar interno seja implementado.

Além disso, o Comitê de Elegibilidade da Companhia possui *checklist* sobre os critérios objetivos de escolha dos membros dos conselhos, relacionados na Lei nº 13.303/2016 e no respectivo Decreto Distrital.

Achado 05:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem que o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou por pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404/1976.

Tal previsão, encontra-se disposta no artigo 21, §1º, do Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto por 07 membros dos quais 05 são independentes, profissionais vinculados a órgãos e entidades da Administração Pública que não possuem relação com o METRÔ-DF, nem com Secretaria de Mobilidade e Transportes do GDF.

Achado 06:

Ações implementadas pela Estatal que evidenciem informações que o conselheiro independente se caracteriza por:

- I - não ter qualquer vínculo com a empresa pública ou a sociedade de economia mista, exceto participação de capital;
- II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de administrador da empresa pública ou da sociedade de economia mista;
- III - não ter mantido, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a empresa pública, a sociedade de economia mista ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência;
- IV - não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da empresa pública, da sociedade de economia mista ou de sociedade controlada, coligada ou subsidiária da empresa pública ou da sociedade de economia mista, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;
- V - não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da empresa pública ou da sociedade de economia mista, de modo a implicar perda de independência;

VI - não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à empresa pública ou à sociedade de economia mista, de modo a implicar perda de independência;

VII - não receber outra remuneração da empresa pública ou da sociedade de economia mista além daquela relativa ao cargo de conselheiro, à exceção de proventos em dinheiro oriundos de participação no capital.

No Código de Conduta e Código de Ética, recentemente aprovados, há previsão a respeito das situações de conflito de interesse à Alta Administração e empregados.

Além disso, a Política de Transação com Partes Relacionadas, a qual discrimina situações a respeito de conflito de interesse, foi aprovada pela Diretoria Colegiada na 138ª Reunião Extraordinária, de 21/08/2020 e, na 313ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.

Achado 07:

Ações implementadas pela Estatal evidenciem que, em decorrência da observância da composição prevista no caput do art.22 da Lei nº 13.303/2016, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro:

I - imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos);

II - imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Não se aplica.

Achado 08:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem que não serão consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos conselheiros eleitos por empregados, nos termos do § 1º do art. 19, da Lei nº 13.303/2016.

Não se aplica.

Achado 9:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem que serão consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos conselheiros eleitos por acionistas minoritários, nos termos do § 2º do art. 19, da Lei nº 13.303/2016.

Na forma do artigo 21, §2º, do Estatuto Social, o Conselho de Administração do METRÔ-DF não contará com o representante dos acionistas minoritários por ser empresa pública dependente e controlada pelo GDF.

DIRETORIA COLEGIADA

Achado 01:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem que é condição para investidura em cargo de diretoria da Sociedade a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 18, prevê o seguinte:

“Art.18. Os Diretores só poderão tomar posse depois de firmar termo de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, conforme delineados no Plano Estratégico Institucional e no Plano de Negócios do METRÔ-DF, observadas as metas e indicadores de avaliação do resultado global da Companhia.”

Achado 02:

Ações adotadas pela Sociedade que evidenciem que a diretoria deve apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação:

I - plano de negócios para o exercício anual seguinte;

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 27, XI, prevê o seguinte:

“Art.27. São competências da Diretoria Colegiada:XI - encaminhar anualmente ao Conselho de Administração, até a última reunião ordinária do exercício anual, o Plano de Negócios do METRO-DF para o exercício social seguinte, em consonância com o Plano Estratégico Institucional e com os recursos orçamentários previstos, que inclua o Plano de Aquisição do METRO-DF e as metas individuais e colegiadas dos Diretores, conforme os critérios objetivos previstos no Título IX deste Estatuto Social;”

O Estatuto Social encontra-se em fase de alteração. Vide Programa de Governança.

II - estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 27, X, prevê o seguinte:

“Art.27. São competências da Diretoria Colegiada:X - encaminhar anualmente ao Conselho de Administração, até a última reunião ordinária do exercício anual deste, o Plano Estratégico Institucional do METRO-DF, com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os cinco anos subsequentes à respectiva deliberação;”

O Estatuto Social encontra-se em fase de alteração. Vide Programa de Governança.

Achado 03:

Ações adotadas pela Sociedade que evidenciem como atribuição do Conselho de Administração a realização anual de análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Câmara Legislativa do Distrito Federal e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 24, VI e VII, prevê o seguinte:

“Art.24. Compete ao Conselho de Administração:VI - aprovar ou revisar anualmente o Plano Estratégico Institucional do METRO-DF, com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os cinco anos subsequentes à respectiva deliberação;

VII - aprovar anualmente o Plano de Negócios do METRO-DE para o exercício social seguinte, em consonância com o Plano Estratégico Institucional e com os recursos orçamentários previstos, que inclua o Plano de Aquisição do METRO-DF, o Caderno Técnico de Indicadores e as metas e resultados específicos a serem alcançados;”

Além disso, há a produção e aprovação do Relatório de Administração da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral da Companhia, assim como encaminhado aos órgãos de controle e fiscalização externos."

Vide Programa de Governança.

Achado 04:

Ações adotadas pela Sociedade que estabeleçam a vedação de publicação de informações de natureza estratégica, cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa estatal.

Previsão contida na Política de Transação com Partes Relacionadas aprovada pela Diretoria Colegiada na 138ª Reunião Extraordinária, de 21/08/2020 e pelo Conselho de Administração na 313ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, aberta em 28/08/2020 e encerrada em 23/09/2020.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Achado 01:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, as adaptações do estatuto social para atender ao modelo de governança da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, observado o seguinte:

I - o Comitê de Auditoria Estatutário deve ter as competências previstas na Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, e ser coordenado por um conselheiro de administração independente, cabendo-lhe referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição no Conselho de Administração e supervisionar a execução das respectivas atividades; e

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39, prevê o seguinte:

“Art. 39. O Comitê de Auditoria, órgão de suporte e vinculado ao Conselho de Administração, é composto por 3 (três) membros indicados pelo Conselho de Administração e será coordenado por membro ou conselheiro de administração designado, na forma da lei.

(...)

“§ 8º O Comitê de Auditoria tem as seguintes competências:

II - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

III - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;

IV - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de Auditoria Interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;”

Em que pese à aprovação no Conselho de Administração do METRÔ-DF do Comitê de Auditoria Estatutário, a Secretaria de Economia a princípio suspendeu a sua implantação devido ao excesso de despesas em 2020.

(...)”

IV - a empresa estatal listada em bolsa de valores estrangeira, que já possua Comitê de Auditoria em atendimento a legislação de outro país, poderá mantê-lo em substituição ao Comitê de Auditoria Estatutário, com as adaptações necessárias em sua estrutura, atribuições e funcionamento em face da Lei federal nº 13.303, de 30/06/2016.

Não se aplica.

Achado 02:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem a existência em sua estrutura societária do Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39, prevê o seguinte:

“§ 2º O Comitê de Auditoria se reportará diretamente ao Conselho de Administração e deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.”

Achado 03:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem as competências do Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da Companhia, relativamente a:

- I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;
- II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Estatal;
- III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Estatal;
- IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Sociedade;
- V - avaliar e monitorar exposições de risco da Estatal, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:
 - a) remuneração da administração;
 - b) utilização de ativos da Estatal;
 - c) gastos incorridos em nome da Estatal;
- VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;
- VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;
- VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a Estatal for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39, prevê o seguinte:

“§8º O Comitê de Auditoria tem as seguintes competências:

- I - apoiar tecnicamente o Conselho de Administração em suas decisões, quando solicitado;*
- II - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;*
- III - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços*

prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;

IV - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de Auditoria Interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

V - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;

VI - avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

a) remuneração da administração;

b) utilização de ativos da Companhia;

c) gastos incorridos em nome da Companhia.

VII - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas;

VIII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;

IX - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a Companhia for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

X - referendar a escolha do responsável pela Auditoria Interna, propor sua destituição no Conselho de Administração e supervisionar a execução das respectivas atividades;

XI - outras competências que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração”

Achado 04:

Ações adotadas pela Estatal que demonstrem que o Comitê de Auditoria Estatutário possua meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à empresa, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39, prevê o seguinte:

“§ 2º O Comitê de Auditoria se reportará diretamente ao Conselho de Administração e deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.”

Achado 05:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem que o Comitê de Auditoria Estatutário se reúna quando necessário, no mínimo bimestralmente, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39, prevê o seguinte:

“§3º O Comitê de Auditoria deverá realizar reunião ordinária bimestralmente e reunião extraordinária quando necessário, mediante convocação de seu Coordenador ou do Presidente do Conselho de Administração, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.”

Achado 06:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem a divulgação das atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39, prevê o seguinte:

“§ 4º As atas do Comitê de Auditoria deverão ser divulgadas pela Companhia, exceto quando o Conselho de Administração deliberar pela divulgação do extrato da ata, apenas.”

Achado 07:

Ações adotadas pela Estatal que comprovem, no caso de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da Sociedade, a empresa divulgará apenas o extrato das atas.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 24, XXIV, prevê o seguinte:

“Art.24. Compete ao Conselho de Administração:XXIV - determinar a publicação do extrato somente de ata de reunião do Comitê de Auditoria que possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia;”

Achado 08:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem que a restrição prevista no § 5º do art. 24 da Lei nº 13.303/2016, não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria Estatutário, observada a transferência de sigilo.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39 e art. 24, XXIV, prevê o seguinte:

“Art. 39, §4º: As atas do Comitê de Auditoria deverão ser divulgadas pela Companhia, exceto quando o Conselho de Administração deliberar pela divulgação do extrato da ata, apenas.”

“Art.24. Compete ao Conselho de Administração:XXIV - determinar a publicação do extrato somente de ata de reunião do Comitê de Auditoria que possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia;”

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, na 314ª Reunião Ordinária de, de 25 de setembro de 2020, as atas de todos os órgãos colegiados da Companhia serão devidamente divulgadas.

Achado 09:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem que o Comitê de Auditoria Estatutário possua autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39, prevê o seguinte:

“§5º O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e dotação orçamentária própria, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.”

Achado 10:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem que o Comitê de Auditoria Estatutário será integrado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39, prevê o seguinte:

“Art. 39 O Comitê de Auditoria, órgão de suporte e vinculado ao Conselho de Administração, é composto por 3 (três) membros indicados pelo Conselho de Administração e será coordenado por membro ou conselheiro de administração designado, na forma da lei.”

Achado 11:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem as condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário, no que se refere:

I - não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê:

- a) diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta;
- b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na empresa pública ou sociedade de economia mista;

II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;

III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário;

IV - não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão da pessoa jurídica de direito público que exerça o controle acionário da empresa pública ou sociedade de economia mista, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39, §6º, prevê o seguinte:

“§ 6º Os membros do Comitê de Auditoria deverão atender aos requisitos e impedimentos de nomeação estipulados na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e na Política de Indicação da Companhia, sendo que um dos membros deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e que dois dos membros deverão ser independentes.”

Achado 12:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem a exigência que ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 39, §6º, prevê o seguinte:

“§ 6º Os membros do Comitê de Auditoria deverão atender aos requisitos e impedimentos de nomeação estipulados na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e na Política de Indicação da Companhia, sendo que um dos membros deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e que dois dos membros deverão ser independentes.”

Achado 13:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem que o atendimento às previsões do artigo 25 da Lei nº 13.303/2016 esteja comprovado por meio de documentação mantida na sede da

empresa estatal pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir do último dia de mandato do membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

Em que pese a aprovação da criação do Comitê de Auditoria pelo Conselho de Administração, sua implementação encontra-se suspensa por orientação da Secretaria de Economia devido a necessidade de contingenciamento de despesa no ano de 2020.

As competências e atribuições do ‘COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO’ foram aprovadas na 300ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 16/07/2019, como forma mais célere a ausência de disponibilidade orçamentária, possibilitando que a Auditoria Interna assumisse temporariamente suas funções.

Contudo, não aceito pelo TCDF, em auditoria, a criação de fato do Comitê se deu, após a existência de disponibilidade orçamentária, com a deliberação na 1282ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 23/04/2020 e aprovação na 309ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 24/04/2020.

COMITÊ ELEGIBILIDADE

Achado 01:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, as adaptações do estatuto social para atender ao modelo de governança da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, observado o seguinte:

I - o Comitê Estatutário, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de administradores e fiscais, na forma do artigo 10 da Lei federal nº 13.303, de 30/06/2016, deve ser composto por até 3 membros e deve ter também a atribuição de atuar como Conselho Consultivo, com funções de aconselhamento estratégico aos órgãos de administração, com vistas ao atendimento do interesse público que justificou a criação da empresa estatal, nos termos do artigo 160 da Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976.

O Denominado Comitê de Elegibilidade, o Estatuto Social prevê o seguinte:

“Art.38. O Comitê Consultivo e de Elegibilidade, órgão de suporte dos acionistas, é composto por 3 (três) membros

indicados pela Assembleia Geral, sendo um dos membros indicados para o cargo de Presidente.

§ 6º O Comitê Consultivo e de Elegibilidade tem as seguintes competências:

I - verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, conforme Política de Indicação;

II - auxiliar e aconselhar estrategicamente o Conselho de Administração e os Diretores da Companhia;

III - propor a adoção e revisões da Política de Indicação da Companhia, contendo os requisitos e impedimentos para a eleição ou nomeação dos conselheiros, diretores e membros de comitês estatutários."

Achado 02:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, que são requisitos mínimos para ser membro do Comitê Estatutário de que trata o inciso II do art. 4º do Decreto distrital nº 37.967/2017:

I - exercício de atividades na Administração Pública por três anos; ou

O Estatuto Social do METRÔ-DF prevê em seu art. 38, §1º, que:

§ 1º O mandato dos membros do Comitê Consultivo e de Elegibilidade será de 02 (dois) anos, permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas.

II - exercício de atividades no setor privado, na área de atuação da empresa estatal ou em área conexa, por três anos.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 38, §4º, prevê o seguinte:

"§ 4º Os membros do Comitê Consultivo e de Elegibilidade deverão ser pessoas naturais, residentes no Brasil, tendo comprovadamente exercido atividades na Administração Pública e/ou no setor privado na área de atuação da Companhia ou em área conexa, por três anos, e de reputação ilibada, sendo que um dos membros deverá ser empregado efetivo da Companhia."

Achado 03:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, que o estatuto social dispõe sobre a presença dos membros do Comitê Estatutário de que trata o inciso II do art. 4º do Decreto distrital nº 37.967/2017, nas reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz, mas não a voto.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 38, §2º, prevê o seguinte:

§ 2º Os membros do Comitê Consultivo e de Elegibilidade terão direito a voz, mas não a voto, nas reuniões do Conselho de Administração.

CONSELHO FISCAL

Achado 01:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem que são aplicáveis ao conselho fiscal da empresa, tanto as normas previstas pela Lei nº 13.303/2016 quanto pela Lei nº 6.404/1976, relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração, além de outras disposições estabelecidas nas referidas Leis.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 35, prevê que o Conselho Fiscal.

“Art. 35. O Conselho Fiscal, órgão de deliberação coletiva que tem por finalidade acompanhar e fiscalizar a gestão financeira da Companhia, zelando pelo bom e regular emprego de seus recursos financeiros, é composto de 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo ser pessoas naturais, residentes no Brasil, diplomados em curso superior compatível com o exercício da função, que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de administrador de empresa, de Conselheiro Fiscal ou de direção ou assessoramento na Administração Pública.

§1º A eleição para cargo de conselheiro fiscal deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia.

Achado 02:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem que podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 35, prevê o seguinte:

“Art. 35. O Conselho Fiscal, órgão de deliberação coletiva que tem por finalidade acompanhar e fiscalizar a gestão financeira da Companhia, zelando pelo bom e regular emprego de seus recursos financeiros, é composto de 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo ser pessoas naturais, residentes no Brasil, diplomados em curso superior compatível com o exercício da função, que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de administrador de empresa, de Conselheiro Fiscal ou de direção ou assessoramento na Administração Pública.”

Achado 03:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem que o Conselho Fiscal contará com pelo menos 1 (um) membro indicado pelo ente controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 35, prevê o seguinte:

“Art. 35. O Conselho Fiscal, órgão de deliberação coletiva que tem por finalidade acompanhar e fiscalizar a gestão financeira da Companhia, zelando pelo bom e regular emprego de seus recursos financeiros, é composto de 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo ser pessoas naturais, residentes no Brasil, diplomados em curso superior compatível com o exercício da função, que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de administrador de empresa, de Conselheiro Fiscal ou de direção ou assessoramento na Administração Pública.”

§1º A eleição para cargo de conselheiro fiscal deverá observar os requisitos e impedimentos legais, em especial da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e da Política de Indicação da Companhia.”

AUDITORIA

Achado 01:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem que a auditoria está:

I - vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário;

O Regimento Interno do METRÔ-DF, em seu art. 30, prevê o seguinte:

“Art. 30. À Auditoria Interna, unidade orgânica de Presidência e vinculada ao Conselho de Administração e ao Órgão de Controle Interno do compete:”

(...)

II - responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

(...)

"IV - supervisionar o processo de avaliação contínua da adequação dos controles internos, do gerenciamento de riscos, de governança e do preparo das demonstrações financeiras, identificando problemas relevantes corretivas;”

FUNÇÃO SOCIAL

Achado 01:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem no instrumento estatutário a função social de realização do interesse coletivo ou de atendimento a imperativo da segurança nacional expressa no instrumento de autorização legal para a sua criação.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 3º, prevê o seguinte:

“§ 1º. A função social do METRO-DF inclui a realização do interesse coletivo orientada à busca do bem-estar econômico, a alocação socialmente eficiente dos seus recursos, a ampliação dos serviços com respeito sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social corporativa e, desde que de maneira economicamente justificada, o desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira.”

Achado 02:

Ações adotadas pela Estatal que evidenciem, em atendimento à realização do interesse coletivo de que trata o caput do artigo 27 da Lei nº 13.303/2016, as orientações para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela empresa, bem como para o seguinte:

I - ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços da Estatal;

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 3º, prevê o seguinte:

“§ 1º. A função social do METRO-DF inclui a realização do interesse coletivo orientada à busca do bem-estar econômico, a alocação socialmente eficiente dos seus recursos, a ampliação dos serviços com respeito sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social corporativa e, desde que de maneira economicamente justificada, o desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira.”

II - desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços da empresa, sempre de maneira economicamente justificada.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 3º, prevê o seguinte:

“§ 1º. A função social do METRO-DF inclui a realização do interesse coletivo orientada à busca do bem-estar econômico, a alocação socialmente eficiente dos seus recursos, a ampliação dos serviços com respeito sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social corporativa e, desde que de maneira economicamente justificada, o desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira.”

Achado 03:

Ações adotadas pela Estatal que indiquem, nos termos da lei, a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atuam.

O Estatuto Social do METRÔ-DF, em seu art. 3º, prevê o seguinte:

“§ 1º. A função social do METRO-DF inclui a realização do interesse coletivo orientada à busca do bem-estar econômico, a alocação socialmente eficiente dos seus recursos, a ampliação dos serviços com respeito sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social corporativa e, desde que de maneira economicamente justificada, o desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira.”

Além disso, o METRÔ-DF dispõe de uma série de atividades sociais que podem ser consultadas no site da empresa.

Achado 04:

Ações adotadas pela Estatal que visem indicar a celebração de convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos da Lei nº 13.303/2016.

Tais ações podem ser observadas no site do METRÔ-DF: http://www.metro.df.gov.br/?page_id=20628. Em sua maioria são executadas pela Gerência de Projetos Especiais.

FISCALIZAÇÃO PELO ESTADO E PELA SOCIEDADE

Achado 01:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, dando conhecimento que os órgãos de controle externo e interno das 3 (três) esferas de governo fiscalizarão as empresas públicas e as sociedades de economia mista a elas relacionadas, inclusive aquelas domiciliadas no exterior, quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

São adotadas ações de transparência, conforme Lei de Acesso à Informação (4.990/2012), onde são divulgados espontaneamente em nosso sítio eletrônico todos os contratos firmados no Metrô, bem com a divulgação anual das demonstrações contábeis, para controle social por qualquer interessado e pelos Órgãos de Controle quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

Além disso, observando preceitos da Lei nº 13.303/2016, o METRÔ-DF vem cumprindo requisitos de transparência no que tange as ferramentas de governança como políticas institucionais, carta anual e governança corporativa, plano de negócios, relatório de administração, demonstrações contábeis e fiscais, dentre outras. Por meio desses documentos mostra-se possível a ocorrência de controle quanto às ações institucionais por órgãos de governo, bem como pela sociedade.

Não apenas isso, metas e indicadores quanto aos objetivos estratégicos da Companhia estão sendo revistos, por meio da revisão do planejamento estratégico da Empresa, oportunidade na qual, após a aprovação pelo Conselho de Administração, o controle dos mesmos fará parte de relatórios de atividades e gerenciais, como espécie de prestação de contas aos órgãos do sistema de governança do METRÔ-DF. Situação essa em que será dada a transparência e publicação devida comprovando o funcionamento estratégico institucional e a atuação da gestão quanto à utilização de recursos e despesas da Empresa.

Achado 02:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, dando conhecimento que para a realização da atividade fiscalizatória de que trata o caput do art. 85 da Lei nº 13.303/2016, os órgãos de controle devem ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aqueles classificados como sigilosos pela empresa, nos termos da Lei nº 12.527, de 18/11/2011.

Há obrigatoriedade prevista tanto na Lei Orgânica do Distrito Federal quanto no Regimento Interno do Tribunal de Contas, que o METRÔ-DF atenderá aos requerimentos do TCDF e demais órgãos de controle.

Está previsto no Regimento Interno, art. 23, inciso XIII que compete à Governança e Controle Interno, unidade orgânica de gestão e supervisão, diretamente subordinada à Presidência: “manter contato com órgãos de controle interno do Distrito Federal”; e no artigo 30, que diz as atribuições da Auditoria Interna, unidade orgânica de gestão e supervisão, diretamente subordinada à Presidência e vinculada ao Conselho de Administração e ao Órgão de Controle Interno do Distrito Federal, define em seus incisos VIII e IX, respectivamente: “assistir aos órgãos e unidades de controle interno e externo no que se refere às solicitações e realizações de auditoria/inspeção, de forma a prover o suporte necessário para a realização dos trabalhos, bem como facilitar o acesso às informações requeridas;” e “manter contínuo intercâmbio com o Órgão de Controle Interno do Distrito Federal, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos de auditoria;”

Dessa forma, qualquer auditoria promovida pelos órgãos de controle e fiscalização interno e externo é amplamente acompanhada por áreas internas do METRÔ-DF que concedem acesso irrestrito a qualquer documentação solicitada.

Achado 03:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que o grau de confidencialidade será atribuído pelas empresas públicas e sociedades de economia mista no ato de entrega dos documentos e informações solicitados, tornando-se o órgão de controle com o qual foi compartilhada a informação sigilosa corresponsável pela manutenção do seu sigilo.

Da mesma forma do item acima, há previsão de obrigatoriedade prevista tanto na Lei Orgânica do Distrito Federal quanto no Regimento Interno do Tribunal de Contas de

atendimento aos requerimentos do TCDF e demais órgãos de controle e atribuições definidas em Regimento Interno, na forma prevista no artigo 23, inciso XIII e artigo 30, incisos VIII e IX.

Achado 04:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, dando conhecimento que os atos de fiscalização e controle dispostos no Capítulo III do Título II da Lei nº 13.303/2016 aplicar-se-ão, também, às empresas públicas e às sociedades de economia mista de caráter e constituição transnacional no que se refere aos atos de gestão e aplicação do capital nacional, independentemente de estarem incluídos ou não em seus respectivos atos e acordos constitutivos.

Refere-se a atribuição dos órgãos de fiscalização e controle internos e externos, que se relacionam com o Metrô-DF, por meio da Área de Governança e Controle Interno e da Auditoria Interna, conforme citado acima, descritos no Regimento Interno, artigo 23, inciso XIII e artigo 30, incisos VIII e IX.

Até o presente momento, o METRÔ-DF não possui participação ou natureza transnacional, contudo, caso venha a abrir capital, invista capital, associe-se ou crie parcerias com empresas internacionais, respeitando-se critérios jurídicos e legais, no que se refere aos atos de gestão e aplicação do capital nacional, respeitará e atenderá todos os atos de fiscalização e controle dispostos no Capítulo III do Título II da Lei nº 13.303/2016.

Achado 05:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, que as informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista relativas a licitações e contratos, inclusive aqueles referentes a bases de preços, constarão de bancos de dados eletrônicos atualizados e com acesso em tempo real aos órgãos de controle competentes.

São disponibilizados em nosso sítio eletrônico tempestivamente dados referentes a licitações e contratos, conforme disposto também na Lei de Acesso à Informação (Lei 4.990/2012), ficando estes disponíveis para qualquer cidadão e também para órgão de controle. No sítio eletrônico, disponibiliza-se banco de dados para consulta a qualquer tempo por qualquer interessado.

Inclusive, encontra-se em andamento revisão dos atos de divulgação de questões voltadas a procedimentos atinentes a licitações e contratos visando conceder maior transparência ao

planejamento da contratação, com planilhas eletrônicas atualizadas, contendo base de preços de todas as modalidades licitatórias, produzidas pela Superintendência de Licitações e Contratos.

Achado 06:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, que as demonstrações contábeis auditadas da empresa pública e da sociedade de economia mista estão disponibilizadas no sítio eletrônico da empresa ou da sociedade na internet, inclusive em formato eletrônico editável.

As Demonstrações Contábeis são publicadas anualmente no sítio eletrônico da Companhia, em formato editável, após análise da auditoria independente e demais órgãos colegiados da Companhia, inclusive após a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, conforme se pode verificar através do endereço: http://www.metro.df.gov.br/?page_id=34202.

Achado 07:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, que as atas e demais expedientes oriundos de reuniões, ordinárias ou extraordinárias, dos conselhos de administração ou fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista, inclusive gravações e filmagens, quando houver, estão disponibilizados para os órgãos de controle sempre que solicitados, no âmbito dos trabalhos de auditoria.

Há a definição, na 314ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de devida publicação das atas de reunião de todos os órgãos colegiados da Companhia. Não há, no âmbito dos colegiados do METRÔ-DF, gravação de áudios e vídeos das reuniões em virtude de existir a Secretaria dos Órgãos Colegiados com competência para acompanhar e transcrever o teor das discussões, o que posteriormente é validado pelos próprios membros. As atas dos colegiados estão disponíveis para consulta, bastando, para tanto, solicitação para disponibilização, bem como seu extrato publicado no site da Companhia.

Achado 08:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, que o acesso dos órgãos de controle às informações referidas no caput e no § 2º do art. 86 da Lei nº 13.303/2016 está restrito e individualizado.

Os órgãos de fiscalização e controle internos e externos se relacionam com o METRÔ-DF por meio da Governança e Controle Interno e da Auditoria Interna, conforme citado acima, descritos no Regimento Interno, artigo 23, inciso XIII e artigo 30, incisos VIII e IX, que os atendem de forma restrita e individualizada.

Achado 09:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que as informações que sejam revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial serão assim identificadas, respondendo o servidor administrativa, civil e penalmente pelos danos causados à empresa pública ou à sociedade de economia mista e a seus acionistas em razão de eventual divulgação indevida.

Na 1296ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 23/07/2020, deliberou-se sobre a ‘Política de Divulgação de Informações Relevantes da Companhia’, bem como sua aprovação ocorreu por meio da 312ª Reunião Ordinária, de 30/07/2020, do Conselho de Administração.

Achado 10:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, que os critérios para a definição do que deve ser considerado sigilo estratégico, comercial ou industrial estão estabelecidos em regulamento.

Na 1296ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 23/07/2020, deliberou-se sobre a ‘Política de Divulgação de Informações Relevantes da Companhia’, bem como sua aprovação ocorreu por meio da 312ª Reunião Ordinária, de 30/07/2020, do Conselho de Administração.

Achado 11:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que o controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos pela Lei nº 13.303/2016 será feito pelos órgãos do sistema de controle interno e pelo tribunal de contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando as empresas públicas e as sociedades de economia mista responsáveis pela demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução, nos termos da Constituição.

Além de todas as informações sobre licitações e contratos constantes no sítio eletrônico do METRÔ-DF, ocorre anualmente prestação de contas aos órgãos de fiscalização e controle, bem como ao Governo do Distrito Federal e as Demonstrações Contábeis e outros instrumentos de prestação de contas, as quais são amplamente divulgadas, de modo a se verificar o cumprimento dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo, constantes expressamente no artigo 3º do Regulamento de Licitações e Contratos.

Por fim, cabe mencionar que a prestação de contas da Companhia passa por um processo de averiguação contábil e financeira por auditoria independente, bem como pelos administradores e Conselho Fiscal da Companhia, encontrando-se o processo devidamente instruído com parecer jurídico e técnico.

Achado 12:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 13.303/2016, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º do art. 87 desta Lei.

Em que pese o processo de revisão do Regulamento de Licitação e Contratos do METRÔ-DF, encontra-se previsto no Artigo 99 do Regulamento de Licitações e Contratos vigente: “Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação deste Regulamento ou da Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo

da faculdade de representar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e à Controladoria-Geral do Distrito Federal.”

Achado 13:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao tribunal de contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação da Lei nº 13.303/2016, para os fins do disposto no artigo 87 desta Lei.

Em que pese o processo de revisão do Regulamento de Licitação e Contratos do METRÔ-DF, encontra-se previsto no Artigo 99 do Regulamento de Licitações e Contratos vigente: “Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação deste Regulamento ou da Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade de representar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e à Controladoria-Geral do Distrito Federal.”

Achado 14:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que os tribunais de contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, a qualquer tempo, documentos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, obrigando-se, os jurisdicionados, à adoção das medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

Os órgãos de fiscalização e controle internos e externos, que se relacionam com o Metrô-DF através da área de Governança e Controle Interno e da Auditoria Interna, conforme citado acima, descritos no Regimento Interno, artigo 23, inciso XIII e artigo 30, incisos VIII e IX.

Além disso, é previsto também no Regimento Interno atribuições de monitoramento da implantação das ações recomendadas por este órgão, conforme descrito no artigo 31, inciso I, como competência da Gerência de Monitoramento de Demandas Internas e Externas, unidade orgânica de execução diretamente subordinada à Auditoria Interna, “controlar e acompanhar a implementação das ações, recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo”.

Achado 15:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, que a empresa disponibiliza para conhecimento público, por meio eletrônico, informação completa mensalmente atualizada sobre a execução de seus contratos e de seu orçamento, admitindo-se retardo de até 2 (dois) meses na divulgação das informações.

Em que pese o processo de revisão do Regulamento de Licitação e Contratos do METRÔ-DF, tal ação encontra-se prevista no Regulamento de Licitações e Contratos vigente, no artigo 13, inciso VI, parágrafo 1º, incisos I e II, e executada pela Superintendência de Licitações e Contratos no sítio eletrônico da Companhia.

Achado 16:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, que a disponibilização de informações contratuais referentes a operações de perfil estratégico ou que tenham por objeto segredo industrial recebem proteção mínima necessária para lhes garantir confidencialidade.

Em que pese o processo de revisão do Regulamento de Licitação e Contratos do METRÔ-DF, tal ação encontra-se prevista no Regulamento de Licitações e Contratos vigente, no artigo 12, parágrafo 3º: “A disponibilização de informações contratuais referentes a operações de perfil estratégico ou que tenham por objeto segredo industrial receberá proteção mínima necessária para lhes garantir confidencialidade.”.

Achado 17:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que o disposto no § 1º do art. 88 da Lei nº 13.303/2016 não será oponível à fiscalização dos órgãos de controle interno e do tribunal de contas, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal do servidor que der causa à eventual divulgação dessas informações.

Em que pese o processo de revisão do Regulamento de Licitação e Contratos do METRÔ-DF, tal ação encontra-se prevista no Regulamento de Licitações e Contratos vigente, no artigo 12, parágrafo 4º: “O disposto no §3º deste artigo não será oponível à fiscalização dos órgãos de controle interno e dos tribunais de contas, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal do servidor que der causa à eventual divulgação dessas informações.”

Achado 18:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que o exercício da supervisão por vinculação da empresa pública ou da sociedade de economia mista, pelo órgão a que se vincula, não pode ensejar a redução ou a supressão da autonomia conferida pela lei específica que autorizou a criação da entidade supervisionada ou da autonomia inerente a sua natureza, nem autoriza a ingerência do supervisor em sua administração e funcionamento, devendo a supervisão ser exercida nos limites da legislação aplicável.

Há previsão de vinculação na Lei de Criação da Companhia (Lei 513/1993 DF), no Estatuto Social e Regimento Interno, conforme definido nestes documentos.

Achado 19:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que as ações e deliberações do órgão ou ente de controle não podem implicar interferência na gestão das empresas públicas e das sociedades de economia mista a ele submetidas nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas.

Há previsão de vinculação na Lei de Criação da Companhia (Lei 513/1993 DF), no Estatuto Social e Regimento Interno, conforme definido nestes documentos.

PUBLICIDADE, PATROCÍNIO E ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

Achado 01:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, que as despesas com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista não ultrapassam, em cada exercício, o limite de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita operacional bruta do exercício anterior.

Encontra-se previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos Seção IX, Art. 67.

Disponível

em: http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/regulamento_licitacoes_metrodf-rev-2.1.pdf

“Artigo 67. As despesas com publicidade e patrocínio do METRÔ-DF não ultrapassarão, em cada exercício, o limite de 0,5 % (cinco décimos por cento) da receita bruta do exercício anterior, ou outro proposto pela Diretoria Colegiada e

aprovado pelo Conselho de Administração, nunca superior a 2% (dois por cento)."

Achado 02:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que o limite disposto no caput do art. 93 da Lei nº 13.303/2016, pode ser ampliado, até o limite de 2% (dois por cento) da receita bruta do exercício anterior, por proposta da diretoria da empresa pública ou da sociedade de economia mista justificada com base em parâmetros de mercado do setor específico de atuação da empresa ou da sociedade e aprovada pelo respectivo Conselho de Administração.

Encontra-se previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos Seção IX, Art. 67.

Disponível

em: [http://www.metro.df.gov.br/wp-](http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/regulamento_licitacoes_metrodf-rev-2.1.pdf)

[content/uploads/2017/06/regulamento_licitacoes_metrodf-rev-2.1.pdf](http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/regulamento_licitacoes_metrodf-rev-2.1.pdf)

“Artigo 67. As despesas com publicidade e patrocínio do METRÔ-DF não ultrapassarão, em cada exercício, o limite de 0,5 % (cinco décimos por cento) da receita bruta do exercício anterior, ou outro proposto pela Diretoria Colegiada e aprovado pelo Conselho de Administração, nunca superior a 2% (dois por cento).”

Achado 03:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que é vedado à empresa realizar, em ano de eleição para cargos do ente federativo a que sejam vinculadas, despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição.

Encontra-se previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos Seção IX, Art. 67.

Disponível

em: [http://www.metro.df.gov.br/wp-](http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/regulamento_licitacoes_metrodf-rev-2.1.pdf)

[content/uploads/2017/06/regulamento_licitacoes_metrodf-rev-2.1.pdf](http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/regulamento_licitacoes_metrodf-rev-2.1.pdf)

“§ 1º É vedado realizar, em ano de eleição para cargos do Distrito Federal, despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição.”

Achado 04:

Ações adotadas que evidenciem orientações, no âmbito da Estatal, que se aplicam à empresa pública, à sociedade de economia mista e às suas subsidiárias as sanções previstas na Lei nº 12.846, de 01/08/2013, salvo as previstas nos incisos II, III e IV do caput do art. 19 da Lei nº 13.303/2016.

Encontra-se previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos Seção XI, Art. 182. Disponível em: http://www.metro.df.gov.br/wpcontent/uploads/2017/06/regulamento_licitacoes_metrodf-rev-2.1.pdf

“Artigo 182. As partes contratantes se comprometem a respeitar integralmente a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), sujeitas aos procedimentos e às penalidades do Decreto Distrital nº 37.296, 29 de abril de 2016, aplicando-se à parte faltosa todas as responsabilidades e sanções previstas na lei em comento e nas demais normas do direito brasileiro, responsabilizando-se o contratado pelos atos praticados por si e por seus colaboradores.”

Achado 05:

Ações adotadas que evidenciem, no âmbito da Estatal, a aprovação da estratégia de longo prazo prevista no art. 23 da Lei nº 13.303/2016.

Encontra-se previsto no Estatuto Social do METRÔ-DF, Art. 27, X. Disponível para consulta no site da Companhia: : http://www.metro.df.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/estatuto_18_reforma.pdf.

“Art.27. São competências da Diretoria Colegiada: X - encaminhar anualmente ao Conselho de Administração, até a última reunião ordinária do exercício anual deste, o Plano Estratégico Institucional do METRO-DF, com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os cinco anos subsequentes à respectiva deliberação;”

2. Ações Implementadas em 2020

a) Revisão do Programa de Governança

Meta: revisão do programa visando a implementação ou implantação de ações de governança na Companhia em conformidade com o ordenamento jurídico.

Justificativa: Trata-se de projeto estratégico da Companhia que visa adaptar a Companhia às melhores práticas de governança.

Meta Proposta: novembro de 2020.

Meta Executada: 100%

Riscos Identificados: de conformidade.

b) Criação do Projeto do Governança em Série

Meta: implementação de ações de capacitação dos empregados e desmistificação sobre a temática governança, gestão de riscos, compliance e integridade em atendimento aos preceitos da Lei 13.303/2016 com ampla publicação nas redes sociais da Companhia.

Justificativa: Trata-se de projeto estratégico da Companhia que visa adaptar a Companhia às melhores práticas de governança.

Meta Proposta: 03 (três) gravações e divulgação de vídeos.

Meta Executada: 100% com a gravação e divulgação de 04 (quatro) vídeos: (1º vídeo: governança pública e governança corporativa; 2º vídeo: <https://youtu.be/2GhARK04Ryk>

Riscos Identificados: de conformidade.

c) Mapeamento de Processos no METRÔ-DF

Meta: criação da metodologia e sobre mapeamento de processos na Companhia com a aprovação na Decisão exarada na **1316ª** Reunião Ordinária ocorrida em **10/12/2020**.

Justificativa: Trata-se de projeto estratégico da Companhia que visa adaptar a Companhia às melhores práticas de governança e controle interno.

Meta Proposta: novembro de 2020.

Meta Executada: 100%

Riscos Identificados: de conformidade e gestão empresarial.

d) Criação do Mural VOCÊ SABIA

Meta: divulgação dos trabalhos, demandas e ações da Área de Governança e Controle Interno que impactam as atividades da Empresa principalmente àquelas voltadas à integridade, compliance, riscos, planejamento estratégico, ética, entre outras.

Justificativa: Trata-se de projeto estratégico da Companhia que visa adaptar a Companhia às melhores práticas de governança e controle interno.

Meta Proposta: julho de 2020.

Meta Executada: 100%

Riscos Identificados: de comunicação.

e) Criação do Comitê de Auditoria Estatutário.

Meta: criação do Comitê de Auditoria Estatutário.

Justificativa: Trata-se de projeto estratégico da Companhia que visa adaptar a Companhia às melhores práticas de governança descritas na Lei nº 13.303/2016.

Meta Proposta: abril de 2020

Meta Executada: 100%

Observação: A Secretaria de Economia suspendeu a implementação do comitê no METRÔ-DF em razão da impossibilidade de aumento de despesa diante da situação da pandemia do coronavírus.

Riscos Identificados: de conformidade.

f) Criação do Sistema de Governança com a criação do Comitê de Governança do METRÔ-DF.

Meta: Aprovação do sistema de governança e implementação do Comitê.

Justificativa: Trata-se de projeto estratégico da Companhia que visa adaptar a Companhia às melhores práticas de governança descritas em normativo do GDF.

Meta Proposta: setembro de 2020

Meta Executada: 100% com a aprovação da Política de Governança, Risco e Integridade, bem como funcionamento com reuniões ordinárias mensais.

Riscos Identificados: de conformidade.

g) Criação da Política de Governança, Risco e Integridade, da Política de Divulgação das Informações Relevantes e Política de Divulgação das Partes Relacionadas.

Meta: Aprovação das políticas em atendimento à Lei nº 13.303/2016.

Justificativa: Trata-se de projeto estratégico da Companhia que visa adaptar a Companhia às melhores práticas de governança.

Meta Proposta: até novembro de 2020.

Meta Executada: 100%

Riscos Identificados: de conformidade.

h) Publicação das decisões dos Órgãos Colegiados da Companhia no site.

Meta: Deliberação pelo Conselho de Administração sobre a publicação das decisões dos órgãos colegiados da Empresa.

Justificativa: Trata-se de projeto estratégico da Companhia que visa adaptar a Companhia às melhores práticas de governança e transparência.

Meta Proposta: até novembro de 2020.

Meta Executada: 100%

Riscos Identificados: de conformidade.

3. Resumo das Atividades da Gerência de Planejamento Estratégico

a) Levantamento histórico dos instrumentos de planejamento do METRÔ-DF;

Processo SEI: 00097-00015050/2020-21

Meta: Realizar análise histórica dos objetivos, metas e indicadores da Companhia.

Justificativa: a fim de se estabelecer os rumos estratégicos da organização, faz-se necessário entender o contexto passado e presente, analisando-se aquilo que foi realizado historicamente para que seja aproveitado o que se obteve êxito e para que se estabeleça novos rumos em relação ao que pode ser melhorado.

Cronograma proposto: 23/09/2020 a 31/01/2021

Cronograma executado: 50%

Observações: a ação encontra-se em processo levantamento de dados. Foram compilados todos os instrumentos de planejamento e documentos informativos nesse sentido da Companhia: PPA, LOA (Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG), Planejamento Estratégico Institucional, Planejamento Estratégico do GDF, PDTU, PDTI, ANP Trilhos, Plano de Negócios.

b) Revisão e adequação metodológica do planejamento estratégico institucional;

Processo SEI: 00097-00010688/2020-75, 00097-00012794/2020-9349

Meta: Revisar o Planejamento Estratégico Institucional

Justificativa: A fim de se realizar alinhamento metodológico do planejamento estratégico do METRÔ-DF ao do Governo do Distrito Federal, iniciou-se a revisão e alinhamento metodológico do Planejamento Estratégico do METRÔ-DF.

Cronograma proposto: 12/08/2020 a 31/12/2020

Cronograma executado: 70%

Observações: Esse projeto conta com a orientação metodológica da Secretaria de Economia. No momento, o projeto encontra-se em fase de validação das iniciativas sugeridas. O projeto encontra-se atrasado tendo em vista outras demandas urgentes à Gerência de Planejamento Estratégico surgidas durante a execução do mesmo. A finalização do projeto foi reprogramada para o 20/02/2021.

c) Nomeação de agentes estratégicos;

Processo SEI: 00097-00013353/2020-17

Meta: nomeação de empregados selecionados para obtenção de suporte na execução estratégica em cada diretoria da Companhia.

Justificativa: a fim de se obter suporte para a execução dos projetos estratégicos da Companhia, como, por exemplo: revisão do Planejamento Estratégico Institucional vigente; revisão do PPA; levantamento histórico dos instrumentos de planejamento; revisão e elaboração da Carta Anual, do Plano de Negócios da Companhia e do Relatório Anual de Administração, sugeriu-se a nomeação de empregados a serem intitulados “agentes estratégicos” em cada diretoria do METRÔ-DF.

Cronograma proposto: 21/08/2020 a 13/11/2020

Cronograma executado: 100%

Observações: após a nomeação, tais empregados já estão atuando em parceria com a Gerência de Planejamento Estratégico.

d) Carta Anual

Processo SEI: 00097-00018768/2020-79.

Meta: Elaborar a Carta Anual de 2020.

Justificativa: em observância ao art. 8º da Lei 13.303/16, toda empresa pública deve elaborar, como requisito de transparência, a Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas

públicas pela empresa e com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.

Cronograma proposto: 27/11/2020 até 26/02/2021

Cronograma executado: 40%.

Observações: Todos os dados a comporem a Carta Anual foram solicitados, assim como a PGPLA iniciou a elaboração do documento final.

e) Plano de Negócios

Processo SEI: 00097-00020257/2020-17

Meta: Elaboração de Plano de Negócios de 2021.

Justificativa: Atendimento à Lei 13.303/16.

Cronograma proposto: 01/12/2020 até 31/01/2020.

Cronograma executado: 70%

Observações: em elaboração. Foi elaborada minuta do plano para respectiva aprovação.

f) Monitoramento do desempenho do teletrabalho

Processo SEI: 00097-00009509/2020-57

Meta: implementar programa de monitoramento do desempenho do teletrabalho.

Justificativa: Houve a necessidade de migração de diversos empregados para o teletrabalho em função da pandemia provocada pelo COVID-19. Dessa forma, a fim de monitorar o desempenho de tais empregados criou-se um projeto para monitoramento das atividades.

Cronograma proposto: 10/06/2020 até 30/11/2020

Cronograma executado: 100%

Observações: O projeto inicial foi encaminhado para a Procuradoria Jurídica do METRÔ-DF em junho de 2020 e retornou para a área de Governança no final de outubro de 2020. Em virtude desse fato, quando do retorno do processo, o cenário havia mudado havendo parte dos empregados já em trabalho presencial ou semipresencial. Portanto, tornaram-se necessárias diversas adaptações no projeto, as quais ainda não foram realizadas devido à falta de profissionais com disponibilidade para tanto. Entretanto, a fim de agir proativamente, a PGPLA encaminhou, no início julho de 2020, modelo de formulário simplificado de monitoramento do desempenho à Presidência, o qual foi imediatamente acolhido e divulgado a toda a Companhia.

g) Relatório de Administração

Processo SEI: 00097-00018768/2020-79

Meta: Elaborar Relatório de Administração do METRÔ-DF.

Justificativa: Atendimento à Lei 6.404/76.

Cronograma proposto: 27/11/2020 a 15/02/2021.

Cronograma executado: 30%.

Observações: O documento que unifica todas as informações necessárias a compor o relatório foi elaborado e as requisições foram realizadas às diretorias da Companhia. O prazo estabelecido para recebimento de todas as informações finda em 15/01/2021.

h) Projeto Brasília Inteligente

Processo SEI: 04008-00000521/2020-81.

Meta: Levantamento de ações no âmbito do METRÔ-DF para comporem o Projeto Brasília Inteligente, componente da pasta do GDF.

Justificativa: Atendimento ao Ofício Nº 536/2020 - SECTI/GAB (49496221).

Cronograma Proposto: 06/10/2020 até 04/11/2020.

Cronograma executado: 100%.

Observações: As informações foram devidamente prestadas e deverão ser incluídas, em momento oportuno, no planejamento da Companhia.

i) Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG

Processo SEI: 00097-00009757/2020-06 (3º BIM) 00097-00012755/2020-96 (4º BIM), 00097-00015975/2020-71 (5º BIM)

Meta: prestar informações pertinentes ao Sistema de Acompanhamento Governamental à DFC.

Justificativa: O relatório de Desempenho-Físico-Financeiro por Programas de Trabalho é publicado bimestralmente para dar transparência à execução orçamentária do Governo do Distrito Federal e cumprir ao que determina o inciso III do artigo 153 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF). O relatório contém as informações das realizações de todas as unidades orçamentárias do governo e permite acompanhar o que foi previsto na Lei Orçamentária, quais bens e serviços foram ofertados à população do Distrito Federal e o valor aplicado pelo Governo nas Políticas Públicas, tais como saúde, educação, segurança, habitação, mobilidade e outras.

Cronograma Proposto: prestação bimestral de informações

Cronograma executado: 100%

j) Relatório de Atividades da PRE

Processo SEI: 00097-00014804/2020-25

Meta: Elaborar o Relatório de Atividades da Presidência.

Justificativa: Solicitação do Gabinete da Presidência.

Cronograma proposto: 18/09/2020 até 14/12/2020.

Cronograma executado: 100%

Observações: O Relatório de Atividades é peça componente da prestação de contas do Governador do DF.

k) Mapeamento de processos da Gerência de Planejamento Estratégico

Processo SEI: Não há processo no SEI

Meta: Mapear todos os processos de planejamento atinentes à Gerência de Planejamento Estratégico.

Justificativa: O mapeamento de processo é tarefa de extrema relevância para a gestão do conhecimento, contribuindo para a clara definição de competências, fluxos de atividades e eficiência laboral.

Cronograma proposto: 01/10/2020 até 31/01/2021

Cronograma executado: 80%

Observações: o projeto encontra-se em fase de ajustes finais.

l) Treinamento em mapeamento de processos

Processo SEI: não há processo no SEI.

Meta: Gravar treinamento em mapeamento de processos.

Justificativa: necessidade de mapeamento dos processos da Companhia.

Cronograma Proposto: 01/07/2020 a 31/12/2020

Cronograma Executado: 75%

Observações: O treinamento foi gravado, restando pendente alguns ajustes técnicos no vídeo.

m) Elaborar Planejamento Tático para o ano de 2021.

Meta: Aprovar o Planejamento Tático da Gerência de Planejamento Estratégico para 2021.

Justificativa: necessidade de alinhamento e planejamento das atividades da gerência a fim de se ter clareza das prioridades e alinhamento estratégico.

Cronograma Proposto: 01/11/2020 até 31/12/2020

Cronograma Executado: 50%

Observações: em processo de finalização.

4. Resumo das Atividades da Gerência de Gestão de Riscos

a) Manual de Gestão de Riscos da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô-DF;

Processo SEI: 00097-00011264/2020-28

Meta: Elaborar o Manual

Justificativa: Baseado na Política De Governança, Gestão De Riscos e Integridade o manual tem como objetivo fornecer informações claras e objetivas aos administradores do Metrô-DF, gestores, demais empregados responsáveis pela Gestão de Riscos e qualquer outro interessado, em apenas um documento, abordando um referencial metodológico implantado na Gestão de Riscos do Metrô, detalhando objetivos, princípios, diretrizes, responsabilidades, o processo da gestão de riscos e um glossário com as definições necessárias para compreensão do conteúdo.

Cronograma proposto: 30/10/2020

Cronograma executado: 100%

Observações: O Manual foi encaminhado para deliberação da Diretoria Colegiada em 09/12/2020 e aprovação em 17/12/2020 e deliberação do Conselho de Administração em 18/12/2020.

b) Estruturar a capacitação anual para os Administradores em Gestão de Riscos;

Processo SEI: 00097-00010666/2018-91

Meta: Capacitar Diretoria Colegiada e Conselho de Administração

Justificativa: Visando atender ao disposto na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em seu Artigo 9º, §1º, inciso VI:

Art. 9º A empresa pública e a sociedade de economia mista adotarão regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam:

§ 1º Deverá ser elaborado e divulgado Código de Conduta e Integridade, que disponha sobre:

VI - previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre Código de Conduta e Integridade, a empregados e administradores, e sobre a política de gestão de riscos, a administradores.

Cronograma proposto: 15/12/2020

Cronograma executado: 100%

Observações: Capacitação realizada por meio de parceria com a CGDF, que ministrou treinamento para 82 empregados da Companhia, entre eles a Alta Administração, sendo sete conselheiros do Conselho de Administração e quatro Diretores, Superintendentes, Gerentes e demais empregados. A capacitação ocorreu entre 13 de abril e 22 de maio de 2020, cumprindo com o determinado na Lei 13.303/2016.

c) Analisar Auditorias Baseada em Riscos feitas na Cia e propor a implantação dos achados, quando pertinente;

Processo SEI: 00097-00011438/2020-52

Meta: Mitigar os achados/atender às orientações das Auditorias Baseada em Riscos.

Justificativa: Adequar as ações da Companhia às expectativas dos órgãos de controle.

Cronograma proposto: 31/11/2020

Cronograma executado: 100% - Análise

Observações: Esta ação não foi realizada, pois foi demandado pela Presidência, por meio do Memorando Nº 563/2020 - METRO-DF/PRE/GAB (37896062) uma auditoria sobre a Gestão de Risco no Metrô-DF que ainda não foi finalizada, portanto, entende-se melhor aguardar conclusão deste trabalho da Auditoria Interna para que depois se execute a ação aqui proposta.

d) Analisar, adequar, conforme contexto atual, e implementar o Plano de Comunicação da Gestão de Riscos (00097-00001233/2020-69);

Processo SEI: 00097-00001233/2020-69

Meta: Aprovar proposta reestruturada do Plano de Comunicação

Justificativa: Devido a mudanças no contexto, criação da área Gerência de Riscos, aprovação da Política de Governança, Gestão de Riscos e Integridade, faz-se necessária a revisão deste documento para viabilizar sua implantação, conforme estabelecido no Decreto nº 37.302, de 29.04.2016, como uma ferramenta de boas práticas gerenciais que contribui para a supervisão e tomada de decisão pelos gestores da Companhia.

Cronograma proposto: até a última reunião do Conselho de Administração do ano de 2020.

Cronograma executado: 100% análise.

Observações: Foi feita a análise do Plano de Comunicação e, em acordo com a GCI, algumas ações serão implementadas e outras serão coordenadas pela GCI em um Plano de Comunicação único da área de Governança e Controle Interno.

e) Verificar atividades propostas do processo 00097-00001950/2020-91 e viabilizar a implantação, quando conveniente.

Processo SEI: 00097-00001950/2020-91

Meta: Revisar todo o processo e entregar plano de ação.

Justificativa: Também visando adequar estas atividades previamente propostas e identificadas ao contexto atual, buscando a viabilidade de sua implementação, quando pertinente.

Cronograma proposto: 30/11/2020.

Cronograma executado: 100%

Observações: O documento cita nove ações, destas, sete ações foram implementadas, uma consta no plano de trabalho da PGRIS e outra não será executada por ser inviável, no contexto atual.

f) Revisar Matriz de Risco do Metaprocesso de Aquisição de Bens e Contratação de Serviços

Processo SEI: 0097-000253/2016

Meta: Estabelecer nova concepção (escopo e contexto) e cronograma para revisão de riscos

Justificativa: A revisão estruturada da Matriz de Risco do Metaprocesso de Aquisição de Bens e Contratação de Serviços se faz necessária diante da mudança de contexto, visando a melhoria contínua por meio de um processo iterativo de revisão. Soma-se a isto, a necessidade de promover o registro adequado do processo.

Cronograma proposto: 30/11/2020

Cronograma executado: 00%

Observações: Após análise, identificou-se a necessidade dessa revisão ser feita com o auxílio da CGDF, uma vez que esta Matriz já foi objeto de pelo menos duas Auditorias Baseada em Riscos – ABR, realizadas pela própria CGDF.

g) Revisar Matriz de Risco da Manutenção

Processo SEI: 0097-000253/2016

Meta: Estabelecer nova concepção (escopo e contexto) e cronograma para revisão de riscos

Justificativa: A revisão estruturada da Matriz de Risco da Manutenção, assim como a Matriz de Risco do Metaprocesso de Aquisição de Bens e Contratação de Serviços, é necessária diante da mudança de contexto, visando a melhoria contínua por meio de um processo iterativo de revisão. E também devido a falta da documentação adequada.

Cronograma proposto: 15/12/2020

Cronograma executado: 00%

Observações: Após análise do processo, verificou-se esta Matriz encontra-se com os controles implementados, em sua maioria e que, para este momento, não é viável sua revisão.

h) Matriz de Riscos de Integridade

Processo SEI: 00097-00007063/2020-26

Meta: Revisar Matriz

Justificativa: O Programa de Integridade da Companhia foi desenvolvido por meio de uma consultoria com a CGDF e, neste processo o grupo desenvolveu uma Matriz de Riscos.

Cronograma Proposto: 06/10/2020

Cronograma executado: 100%

Observações: a Matriz foi desenvolvida por um grupo multidisciplinar, em parceria com a CGDF e, posteriormente, foi enviada para a PGRIS para análise e considerações.

i) Gestão de Riscos 01 – Contratações covid-19

Processo SEI: 00097-00008732/2020-87

Meta: Entregar o Processo de Gestão de Riscos, Plano de Tratamento e Controle.

Justificativa: Esta Gestão de Riscos foi demandada pela Governança e Controle Interno devido ao contexto atual da pandemia de covid-19, que justificou contratações emergenciais para proteção de empregados e usuários.

Cronograma Proposto: 30/06/2020

Cronograma executado: 100%

j) Gestão de Riscos 02 – Demonstrações Contábeis

Processo SEI: 00097-00008993/2020-05

Meta: Entregar o Processo de Gestão de Riscos, Plano de Tratamento e Controle.

Justificativa: Motivada pelos achados de auditoria nas Demonstrações Contábeis, a necessidade de sua conformidade com os Pronunciamentos Contábeis, Lei 6.404/76 e outros normativos que regem a contabilidade pública.

Cronograma proposto: 08/10/2020

Cronograma executado: 70%

Observações: A execução deste processo ocorreu conforme cronograma proposto em todo o processo de definição de escopo, contexto e critérios, no processo de identificação, análise e avaliação de riscos e nas tratativas iniciais da definição dos tratamentos e controles, porém, o plano de tratamento dos riscos inerentes à PJU não foi entregue, portanto, restou pendente também o monitoramento e relato.

k) Gestão de Riscos 03 – Impactos orçamentários e financeiros

Processo SEI: 00097-00008604/2020-33

Meta: Entregar o Processo de Gestão de Riscos, Plano de Tratamento e Controle.

Justificativa: Visa a integração da Companhia e a proposta de tratamento dos riscos pelo entendimento da necessidade de um planejamento orçamentário e execução financeira adequada e responsável, com base nos impactos gerados pelo desvio do previsto nos instrumentos de planejamento, sendo eles o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

Cronograma proposto: 26/11/2020

Cronograma executado: 50%

Observações: Este processo de Gestão de Riscos está em atraso no seu cronograma, pois, por se tratar de tema de extrema complexidade e multidisciplinar, envolvendo todas as Gerências da Superintendência Econômica e Financeira que, por sua vez, enfrentou uma série de situações adversas no segundo semestre deste ano, houve a necessidade de adaptarmos este processo às demandas da área técnica envolvida.

l) Gestão de Riscos 04 – Bilhetagem

Processo SEI: 00097-00011514/2020-20

Meta: Entregar o Processo de Gestão de Riscos, Plano de Tratamento e Controle.

Justificativa: Trata-se de processo estratégico da Companhia que visa a arrecadação de recurso para a manutenção de seu sistema.

Cronograma Proposto: 17/12/2020

Cronograma Executado: 75%

Observações: Processo teve andamento conforme previsto e está em fase de finalização.

Riscos Identificados: 06

Controles Propostos: 24

Controles Implementados:

m) Elaborar Planejamento Tático para o ano de 2021.

Meta: Aprovar o Planejamento Tático da Gerência de Riscos para 2021

Justificativa: Visa o alinhamento desta Gerência com as diretrizes da unidade de Governança e Controle Interno – GCI e com as expectativas estratégicas da Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, para promover a transparência das ações desta gerência, bem como servir de balizamento para o monitoramento das atividades de Gestão de Risco no Metrô-DF.

Cronograma Proposto: 26/11/2020

Cronograma Executado: 90%

Observações: O projeto com ações já definidas, entre elas, proposições das Diretorias da empresa sobre temas para Processos de Gestão de Riscos para o ano de 2021.

5. Resumo das Atividades da Gerência de Compliance e Integridade

a) Revisão do Programa de Compliance e Integridade

Processo SEI: 0097-00007063/2020-26

Objetivo: Em 23 de agosto de 2019, na 301ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Integridade do METRÔ-DF. Antes da divulgação do Programa, o texto foi apresentado à Controladoria Geral do Distrito Federal para análise, oportunidade em que se definiu a necessidade de trabalho em conjunto de revisão visando a adaptação da metodologia da CGDF, que nos auditará posteriormente. Reconhecendo o Programa de Integridade do METRÔ-DF, a CGDF trabalhou com os membros do grupo a matriz de risco e o plano de ação, que nada mais foi que a definição de tratamento aos riscos identificados já descritos no programa da Companhia.

Cronograma Proposto: Novembro/2020

Cronograma Executado: 100%

b) Elaboração do Código de Ética e do Código de Conduta

Processo SEI: 0097-00002183/2020-37

Objetivo: Atender à exigência legal contida no artigo 9º, da Lei nº 13.303/2016, e no Decreto Distrital nº 37.967/2017, bem como às recomendações constantes na Nota Técnica nº 02/2018 – CORIS/COGEA/SUBCI/CGDF.

Cronograma Proposto: Dezembro/2020

Cronograma Executado: 100%

c) Criação do mural virtual “VOCÊ SABIA QUE ...”

Processo SEI: 0097-00009474/2020-56

Objetivo: Dar publicidade, notoriedade e transparência ao demais setores da Companhia a respeito de temas relevantes para a Área de Governança e Controle Interno.

Cronograma Proposto: Agosto/2020

Cronograma Executado: 100%

d) Revisão Normativo de Férias

Processo SEI: 0097-00010569/2020-12

Objetivo: Atualizar o normativo vigente com espeque nas recentes alterações legislativas ocorridas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

Cronograma Proposto: Novembro/2020

Cronograma Executado: 100%

e) Elaboração/Atualização do Regime Correcional

Processo SEI: 0097-00015327/2020-15

Objetivo: Adequar o normativo vigente à realidade da Companhia e legislação aplicável, no sentido de tornar claro e objetivo o procedimento e regras para apuração de responsabilidade de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, inclusive possíveis atos de fraude e corrupção.

Cronograma Proposto: Dezembro/2020

Cronograma Executado: 50% (o normativo foi elaborado pela área de Correição, posteriormente analisado pela Gerência de *Compliance* e Integridade, e aguarda nova versão da área de Correição para encaminhamento à Procuradoria Jurídica para análise).

f) Elaboração Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos

Processo SEI: 00097-00015241/2020-92

Objetivo: Criar uma efetiva ferramenta de controle interno na Companhia, a fim de que o normativo contenha regras orientadoras a todos os gestores e fiscais de contratos.

Cronograma Proposto: Dezembro/2020

Cronograma Executado: 30% (houve designação dos membros responsáveis por cada Diretoria, que integrarão o grupo de trabalho para tanto).

g) Adequação à exigência legal prevista na Lei nº 6.112/2018 – Programa de Integridade às Contratadas do Metrô-DF

Processo SEI: 00097-00001791/2020-24

Objetivo: Orientar às áreas da Companhia quanto à obrigatoriedade de exigência de programa de integridade das empresas contratadas, cujo contrato tenha valor global igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e cujo prazo de validade ou de execução seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, bem como que se observem as demais proposições legais a respeito.

Cronograma Proposto: 2020

Cronograma Executado: 100%

h) Sistema de Controle de Prazos Internos

Processo SEI: 00097-00008248/2020-58

Objetivo: Garantir a observância dos prazos fixados, interna e externamente, a fim de atender às demandas de forma atempada.

Cronograma Proposto: 2021

Cronograma Executado: 90%

Observação: A utilização do sistema foi aprovada pela Diretoria Colegiada, está em fase de testes para implantação.

i) Acompanhamento das Respostas dos Relatórios de Auditoria

Processo SEI: tantos quantos chegarem à Gerência.

Objetivo: A Gerência de Compliance e Integridade acompanha e monitora, em conjunto com a Auditoria Interna, as respostas das áreas referentes às recomendações constantes dos relatórios de auditoria externa e interna advindos de órgãos de controle, propondo às áreas envolvidas a criação de controles internos e adoção de medidas que mitiguem a ocorrência dos riscos detectados.

Cronograma Proposto: atividade contínua

Cronograma Executado: atividade contínua

j) Proposição de Controles Internos

Processo SEI: tantos quantos chegarem à Gerência.

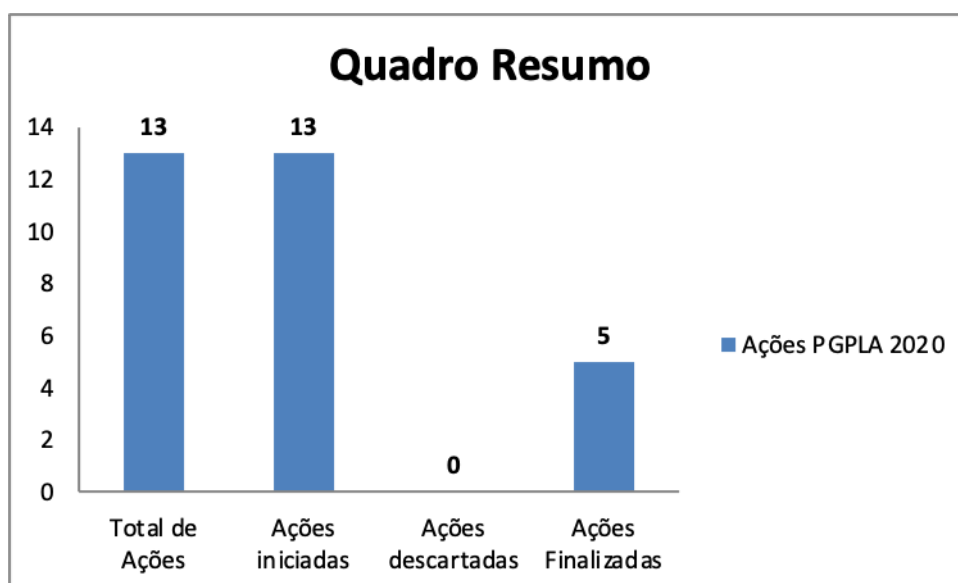
Objetivo: A Gerência de Compliance e Integridade atua com sugestões e proposição de controles internos às áreas da Companhia, a fim de que sejam adotadas as melhores práticas de gestão, tais como: a criação de manuais, rotinas de controle, ou melhoria de controles porventura existentes nos diversos setores da empresa. Por exemplo, citam-se a sugestão de controle de respostas a demandas internas e externas da Companhia a fim de evitar perdas de prazos (Processo SEI 00097-00010201/2020-54); sugestão de controle de trabalho para a Diretoria de Administração (Processo SEI 00097-00007218/2020-24); sugestão de controle para o fluxo de depósitos trabalhistas para a Procuradoria Jurídica e Diretoria Financeira e Comercial (Processo SEI 00097-00010898/2020-63).

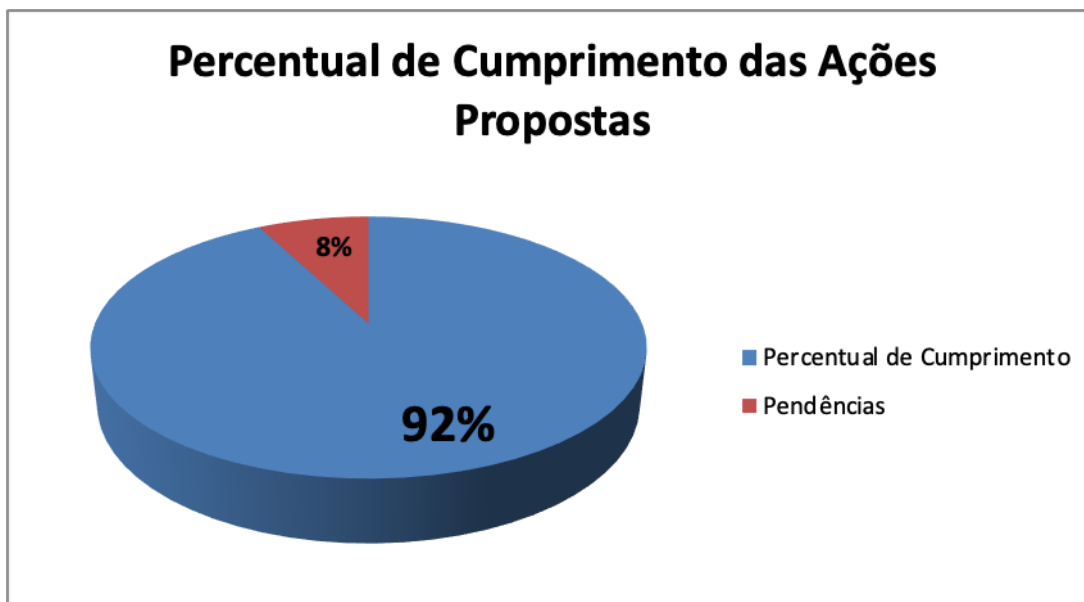
Cronograma Proposto: atividade contínua

Cronograma Executado: atividade contínua

6. Conclusão.**6.1 Ações propostas e executadas da Gerência de Planejamento Estratégico:**

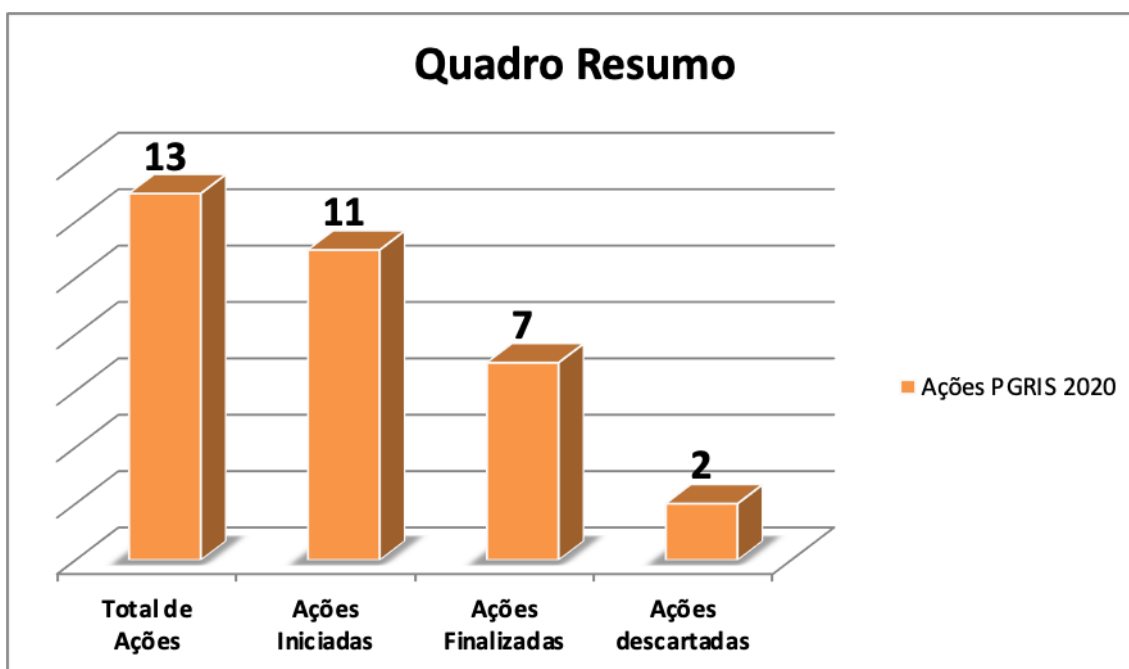
Total de Ações:	Ações iniciadas:	Ações descartadas:	Ações Finalizadas:	Percentual de Cumprimento:
13	13	0	05	92,30%

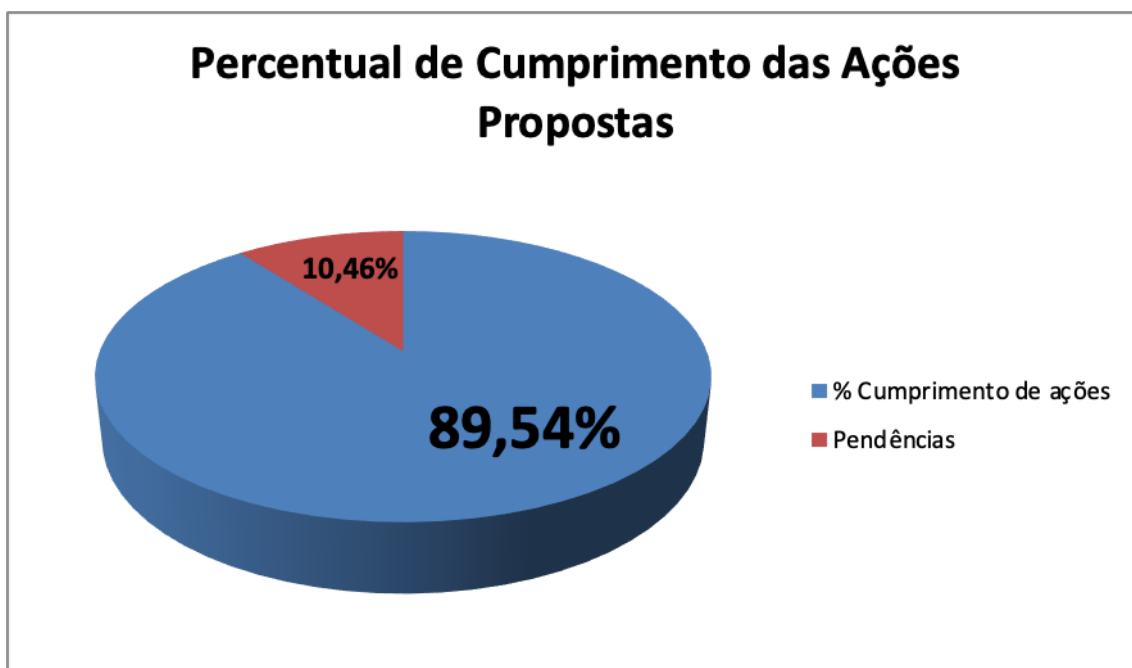




6.2 Ações Propostas e Executadas da Gerência de Risco.

Total de Ações:	Ações iniciadas:	Ações descartadas:	Ações Finalizadas:	Percentual de Cumprimento:
13	11	02	07	89,54%





6.3 Ações propostas e executadas da Gerência de Compliance e Integridade:

Ações Propostas	Ações Concluídas	Ações Em Fase Final	Ações em Andamento
11	5	3	3

